

A VÁRZEA DO AÇÚ*

Pasquale Petrone

APRESENTAÇÃO

O presente relatório constitui o resultado das pesquisas em trabalho de campo efetuadas, no decorrer da XV Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Geógrafos Brasileiros, por uma das quatro equipes que então foram organizadas. Trata-se de pesquisas que estiveram a cargo de uma equipe cujos integrantes, durante quatro dias, souberam, mais uma vez, mostrar como é possível – e proveitoso – o trabalho em grupo, cada um completando as atividades dos demais. Mais uma prova, portanto, se bem que modesta, dadas as condições de trabalho, da função da Associação dos Geógrafos Brasileiros, útil para que se perceba o quanto pode interessar a participação de equipes de geógrafos nas iniciativas visando planejamentos ou reorganizações de espaços, urbanos ou rurais, industriais ou agrários.

CONSTITUIÇÃO DA EQUIPE

O grupo que tive a satisfação de dirigir foi integrado pelos seguintes associados da A.G.B.: Arnóbio Fernandes e Luiz Maranhão, do Rio Grande do Norte; Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Dora do Amarante Romariz, Eli Piccolo, Elza Coelho de Souza Keller; João Dias da Silveira, Jurgen Langenbruch e Paulo Pedro Perides, de São Paulo; Edgar Kuhlmann, Myriam Mesquitas, Ney Inocêncio, Nilo Bernardes e Orlando Valverde, da Guanabara; Fabiano Marques dos Santos e José Carlos S. de Souza, de Minas Gerais; Maria Neith, do Rio Grande do Sul e Waldir Oliveira, do Estado da Bahia.

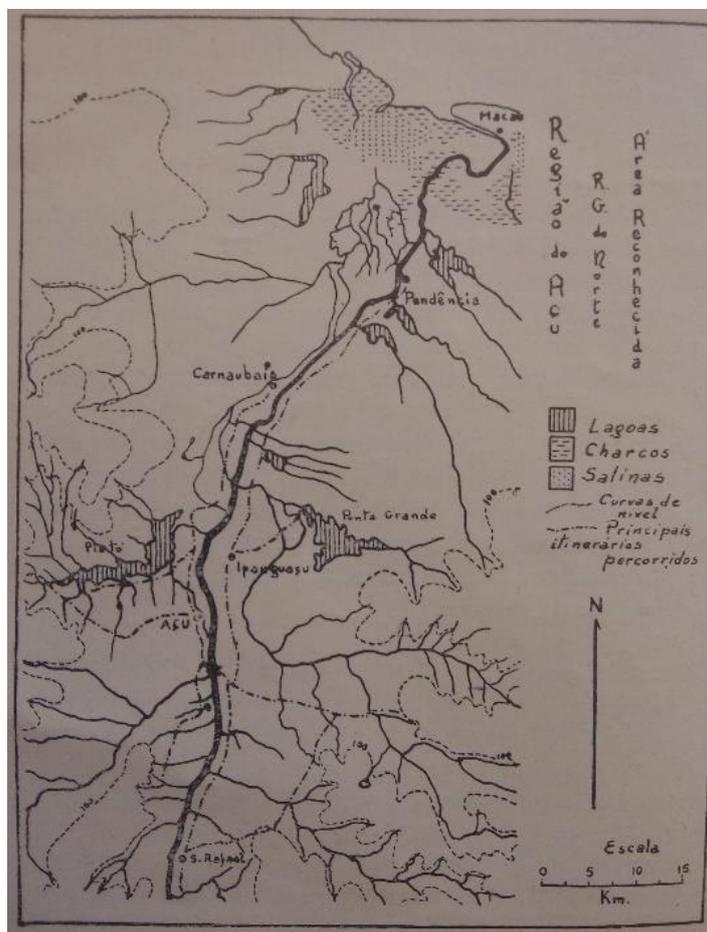
Embora todos tenham sido dedicados à equipe, tudo fazendo para que fossem alcançados seus objetivos, devo uma especial referência aos Geógrafos Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Elza Coelho de Souza Keller, Nilo Bernardes e Orlando Valverde. Foram todos responsáveis pela orientação do trabalho de pequenos grupos em que a equipe foi subdividida, o primeiro tendo aplicado suas atenções no setor da Geografia Física, os demais nos variados campos da Geografia Humana. Foram todos de inestimável dedicação e desprendimento na consecução dos objetivos da pesquisa. A eles, portanto, sinceros agradecimentos.

A ÁREA ESTUDADA

A área que foi objeto de pesquisa, toda ela dentro da bacia do Açú (no estado do Rio Grande do Norte), é relativamente pequena. Compreende uma faixa alongada no sentido norte-sul, acompanhando a calha do Açú, baixo curso do Piranhas, desde aproximadamente a cidade de Pendência a jusante (norte), até São Rafael a montante, tendo por centro a cidade de Açú.

* Texto publicado originalmente pela “**Associação de Geógrafos Brasileiros**”, São Paulo, Avulso, n.2, 76 p. 1961. Detalhes sobre o autor pode ser visualizado em: Depoimentos. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n.75, p.11-64, 1998; LEMOS, A. G. Pasquale Petrone: mestre da docência e da pesquisa. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, Volume Especial 30 Anos, p. 230-253, 2012; ABREU, A. A. Pasquale Petrone e a Geografia. **Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP**, São Paulo, n.67, p.8-9, mar./abr. 2012

São cerca de 80 km de norte a sul e, em média, 10 km de leste a oeste, com uma área total aproximada de 800 km². A equipe que dirigimos teve, pois, a tarefa de estudar alguns aspectos da bacia de um dos denominados, expressivamente, “rios da carnaúba”, o Açú¹.



Os principais percursos efetuados foram *Mossoró a Açú*, *Açú a São Rafael*, *Açú a Pendência*, *Açú a Carnaubais* e *Açú a Macacos*. Cada um desses itinerários foi percorrido mais de uma vez. Como seria de esperar, dada a conformação da área estudada, predominaram sensivelmente os itinerários no sentido norte-sul. Sempre que possível, entretanto, procurou-se percorrer a área no sentido leste-oeste, ou seja, transversalmente à calha do rio principal. Aos reconhecimentos de caráter linear, necessariamente pouco profundos, somaram-se levantamentos em áreas selecionadas como amostras, completos dentro das possibilidades decorrentes do tempo que a equipe pôde dispor.

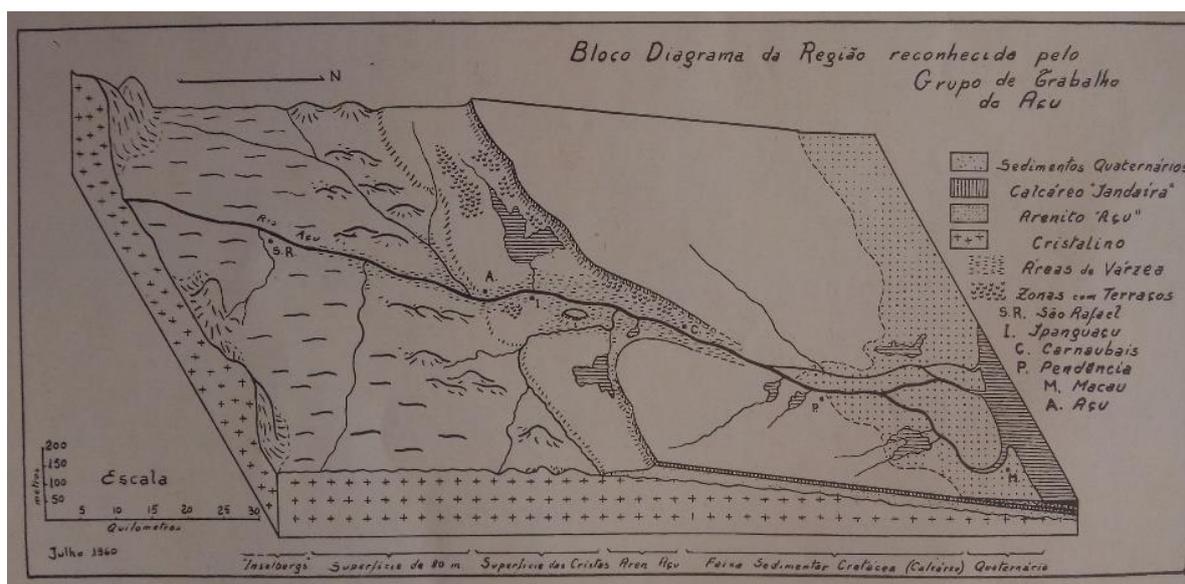
¹ O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, sediado em Recife, vem promovendo uma série sistemática de estudos regionais interessando o Nordeste brasileiro. Considerando que as bacias hidrográficas são “regiões elementares”, mais simples de determinar, encetou o estudo da costa oriental nordestina com o levantamento das áreas dos “rios do açúcar”. A costa setentrional, obedecendo o mesmo critério, começou a ser estudada através de “os rios da carnaúba”. Ao primeiro grupo pertencem os trabalhos de Gilberto Osório de Andrade (O rio Ceará-Mirim; O rio Paraíba do Norte) e de Manuel Correia de Andrade (O rio Mamanguape; Os rios Coruripe, São Miguel e Juquiá). Ao segundo pertence o trabalho de Rachel Caldas Lins e Gilberto Osório de Andrade (Os rios da carnaúba – I. O rio Mossoró).

AS CONDIÇÕES DO QUADRO NATURAL

AS UNIDADES MORFOLÓGICAS

Dentro dos limites considerados é possível distinguir, a partir do sul para o norte, as seguintes grandes unidades morfológicas:

1. *uma superfície em torno de 80 m.*, elevando-se gradativamente para o sul até atingir cotas de 100 a 110 m. Trata-se de uma superfície pliocênica, em terrenos cristalinos graníticos e gnáissicos, acentuadamente aplainada; cortando a estrutura pré-cambriana de forma vigorosa, conferiu-lhe grande regularidade. Possuindo caráter levemente ondulado, suas formas são apenas marcadas pela presença de suaves linhas coletoras das águas superficiais. Mesmo a presença de afloramentos de gnáisses mais resistentes não se revela em uma maior movimentação da topografia, dado que o vigoroso processo de aplainamento não respeitou as áreas gnáissicas, identificáveis pelas grandes massas de blocos angulosos e cascalhos a elas correspondentes. Os cascalheiros, mais abundantes, recobrem de modo esparso e irregular grande parte da superfície. Para o sul, esta superfície extremamente regular, vê-se emoldurada por *inselbergs* com nítidos *pedimentos* e *knicks*, como foi possível verificar a sudoeste de São Rafael. Mais distante, aparece a silhueta da escarpa setentrional da Borborema.



2. ao norte da área anterior identifica-se, ainda no embasamento cristalino, uma *superfície pré-cretácea* exumada, mais estreita e de topografia mais movimentada. A maior movimentação decorre da presença de cristas gnáissicas orientadas no sentido SSW-NNE, cujas altitudes chegam até 90 e 100 m. Cortadas transversalmente pelo rio principal, na secção entre as barras do Caraú e Pataxós, essas cristas dão margem ao aparecimento de formas de tipo apalacheano. Os alinhamentos gnáissicos, bastante variados quanto à natureza das rochas que os compõem, alternam-se com depressões em torno de 60 a 70 m. No trecho entre o rio Açú e seu afluente da margem esquerda – o Paraú – em direção à fazenda dos macacos, verifica-se que aos blocos formadores das cristas gnáissicas contrapõe-se, nas depressões, depósitos de pedimentação.

3. Continuando para o norte encontra-se uma faixa de *área sedimentar cretácea* (calcáreos) formando parte da chapada do Apodi e originando formas de *cuesta* com reverso caindo suavemente para o norte, até mergulhar sob os depósitos arenosos flúvio-marinhos quaternários, ao norte de Pendências.

4. Entre a segunda e a terceira unidades consideradas encontra-se uma área onde o rio principal entalha os sedimentos cretáceos formando uma “*percée*” *consequente*. Essa é sem dúvida, uma das unidades mais significativas do conjunto que se está considerando. Modelada sobre o arenito *Açu*, camada inferior, e mais espessa, do pacote cretáceo, e emoldurada pelo festão da *cuesta*, a “*percée*” foi sede de um grande acúmulo de detritos resultantes dos processos de pediplanação do núcleo cristalino. Recobrimo o arenito *Açu*, e remodelados, esses sedimentos formam “*lambeaux*” de terraços embutidos em pelo menos três níveis. É quanto se percebe, por exemplo, junto à lagoa de Piató, ou no início da estrada de Açu para Mossoró, ou ainda, a meio caminho entre Açu e Pendência. O festão da *cuesta*, gerado da estrutura monoclinial do pacote sedimentar cretáceo e do contraste de resistência à erosão entre suas camadas, arenito *Açu* e calcário *Jandaíra*, esta última superficial, caracteriza-se pela inexistência de um perfil muito nítido e por um traçado pouco rendilhado, não dando margem à presença de guirlandas. O tipo de perfil deve ser decorrência do constraste pouco pronunciado entre o arenito e o calcáreo, especialmente porque na sua fácies superior o arenito não se diferencia substancialmente, quanto às propriedades físico-químicas, do calcáreo que lhe está superposto. Trata-se de um arenito muito calcífero, em certos casos intercalado com delgados leitos de calcáreo. Daí decorre que a cornija típica de *cuesta*, no caso formada pelo calcáreo, estrato superior do pacote cretáceo, no mais das vezes cede lugar a um suave perfil côncavo-convexo. A pobreza da drenagem obsequente, decorrência das condições climáticas, não favoreceu o festonamento do “front” de *cuesta* e, em consequência, são quase inexistentes os testemunhos. Um exemplo de testemunho isolado à frente da *cuesta*, verdadeira exceção, pode ser observado na fazenda Arapuá (Alto do Arapuá), ao norte de Açu, na estrada para Pendência, provavelmente originado pela ação remota do rio Pataxós, afluente da margem direita do Açu.

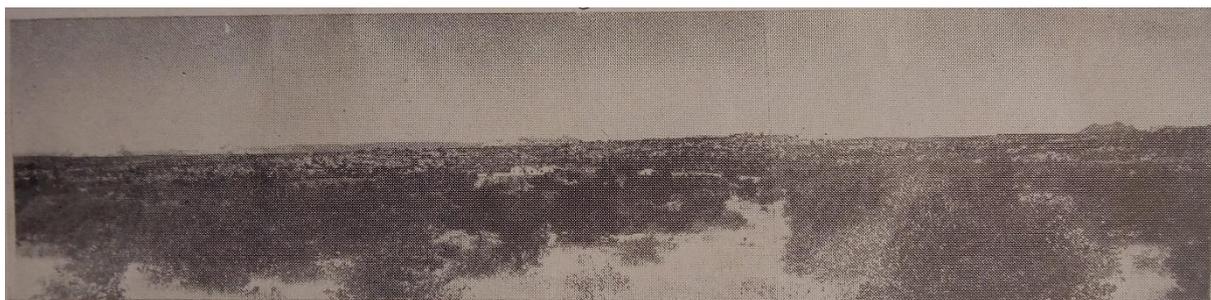


Foto 1: Superfície pliocênica disposta na parte meridional da área reconhecida. Acentuadamente aplainada, ela se vê emoldurada, ao sul, por “inselbergs” e, mais distante, pela silhueta do bordo setentrional do planalto da Borborema. Foto do Autor.



Fotos 2 e 3: A “*percée*” consequente, formada em decorrência do entalhamento do pacote sedimentar cretáceo pelo rio Açu, foi sede de grande acúmulo de detritos resultantes do processo de pediplanação do cristalino. Remodelados, tais detritos recobrem certas partes do arenito Açu formando “*lambeaux*” de terraços. Acima fotografia obtida junto a estrada de Mossoró para Açu pouco depois de descer do Apodi em direção a esta última cidade. Ao lado, seixos da zona de Ipingaçu, na margem direita do rio. Fotos do Autor.

OS FATORES GEOMORFOLÓGICOS

A variedade e complexidade das unidades morfológicas lembradas decorre, antes de mais nada, do fato da estrutura geológica regional estar ligada ao contacto de um núcleo cristalino pré-cambriano com sua borda sedimentar.

A parte periférica setentrional do núcleo cristalino, êste sendo responsável pela presença do planalto da Borborema, recoberta pelos sedimentos cretáceos do grupo Apodi, dentro de um processo de sedimentação envolvente que interessou toda a periferia do núcleo, e submetida a um esquema de “*coastal plain*” no decorrer das vicissitudes por que passou a partir daquela fase de litogênese sedimentar, apresenta-se com uma estrutura antiga dobrada (complexo cristalino), uma estrutura sedimentar monoclinial (pacote sedimentar cretáceo) e discordância estrutural no contacto.

Ao lado dos fatores estruturais merecem uma referência especial os climáticos. Desde um passado remoto, não melhor delimitado, as condições climáticas parecem ter sido caracterizadas pelo domínio da semi-aridez, muito embora com fases provavelmente curtas de relativo aumento de umidificação. Dada a relativa permanência da semi-aridez, justificando regimes pluviométricos caracterizados pela irregularidade das precipitações, assim como pelos índices relativamente baixos, os sistemas erosivos apoiaram-se mais sobre o aplainamento lateral, erosão em lençol, do que na erosão linear. Daí os processos de pediplanação.

ESBOÇO ESQUEMÁTICO DA GEOMORFOGÊNESE

Considerados os fatores acima, as diferentes etapas geomorfo genéticas, nas suas grandes linhas, poderiam ser assim esquematizadas:

1. Interessando o núcleo cristalino pré-cambriano, verificou-se a formação de uma superfície de aplainamento em sua parte periférica. A estrutura, dobrada anteriormente, foi aplainada, subsistindo somente pequenas elevações correspondentes aos eixos anticlinais.



Foto 4: Pormenor da cornija calcárea da “cuesta” (área pouco ao sul de carnaubais). A pequena espessura da camada de calcáreo, assim como o caráter calcífero do arenito que lhe fica imediatamente abaixo, contribuem para que o perfil da “cuesta” adquira uma forma côncava-convexa, fugindo aos padrões clássicos. Foto do autor.

2. Durante o cretáceo, enquanto era modelada uma superfície na porção mais central do núcleo, em sua periferia já aplainada superpuseram-se sedimentos clásticos (arenito Açu) e marinhos (calcáreo Jandaíra), formando o que na literatura geológica brasileira se denomina Grupo Apodí. A maior parte da sedimentação envolvente foi alimentada por sedimentos clásticos fornecidos pelo próprio núcleo em consequência do processo de erosão a que esteve submetido e que originou a atual superfície cimeira da Borborema.

3. No decorrer do Cenozóico (Plioceno), um relativo aumento de umidificação do clima, contemporâneo de uma possível fase de epirogênese moderada positiva produziu, abaixo da anterior, uma superfície de pediplanação, com a permanência de inselbergs. O processo de formação dessa superfície, de caráter intramontano, teria possibilitado o fornecimento de grande quantidade de detritos, seixos mais ou menos rolados, aos quais se juntariam os sedimentos resultantes do processo, já iniciado, de desnudação periférica. O progresso do processo de desnudação para o norte justificou a definição e o recuo da *cuesta*.

4. Do pleistoceno em diante, em virtude das flutuações *climáticas* e *eustáticas* características do neozóico, procederam-se alguns epíclis responsáveis pela criação de diferentes níveis de terraços, às vezes embutidos na periferia das superfícies anteriores e, geralmente, interessando às áreas ao longo da calha do Açu.

O PAPEL DIFERENCIADOR DO AÇU

Cortadas transversalmente pelo rio Açu, em processo de superimposição, as unidades morfológicas lembradas apresentam-se, junto à calha, com aspectos particulares que contribuem para a maior complexidade e diversificação paisagística da área em estudo. Tais aspectos são, sem dúvida, da maior importância para compreensão da vida regional, de importância bem maior, certamente, do que a daqueles decorrentes apenas da consideração das grandes unidades.

O habitante da região distingue, transversalmente ao rio, três tipos de áreas:

- a) a *vazante*.
- b) a *várzea*.
- c) o *tabuleiro*.

A *vazante* é constituída pelo leito maior do rio, estando sujeita a inundações periódicas. É o domínio das croas e bancos de areia. Sua largura é muito variada, normalmente estando em torno de 600 a 800 m.

A *várzea* é uma faixa de terras planas, em ambas as margens do rio, com um máximo de 8 km de largura. Constituída por material aluvional, caracteriza-se pela presença de leitos e correspondentes diques de divagação do rio. É uma área só atingida pelas águas do rio por ocasião das maiores cheias. O habitante da região costuma distinguir uma *várzea alta* de uma *várzea baixa*, a primeira estando mais abrigada das águas das cheias.

Por *tabuleiro* entende-se uma variada gama de formas, desde os mais baixos terraços até o topo cretáceo do Apodi ou o topo das áreas cristalinas, passando por vários níveis intermediários. O habitante da região inclui dentro da mesma denominação, portanto, áreas de natureza geológica muito diversificadas. Entre os níveis intermediários merece uma especial menção o de 65 m, de importância capital para compreensão do povoamento.

Os três aspectos distribuem-se de modo diferente nas várias grandes unidades morfológicas. De um modo geral, é na zona das cristas gnáissicas, e especialmente na da “*percée*”, que a *várzea* é mais extensa. É aí, também, que são mais numerosos os patamares intermediários. Para o sul, na superfície cristalina dos 80 m, a *várzea* fica reduzida, enquanto que para o norte, ela se afunila, praticamente desaparecendo na altura da localidade significativamente denominada Estreito.

AS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS E A DRENAGEM

As condições climáticas dominantes em toda a área estudada são marcadas pela semi-aridez. As médias pluviométricas, em torno de 600 mm anuais, têm significado relativo, dada a irregularidade das precipitações de um ano para o outro. Há um nítido período de chuvas

correspondendo aos meses de janeiro a maio, com máximos em março ou abril. As temperaturas são elevadas, o regime térmico caracterizando-se por uma certa uniformidade. As mais baixas temperaturas são registradas em julho-agosto, sendo de 20°C a média das mínimas. As temperaturas mais elevadas verificam-se de setembro a fevereiro, sendo de 32°C a média das máximas. As amplitudes térmicas anuais geralmente variam de 8 a 12°C.

As condições climáticas são, antes de mais nada, responsáveis pela *pobreza da drenagem superficial*. Toda ela é formada por cursos d'água temporários. O próprio rio principal, Açu, mantém um filete de água nos períodos de estiagem graças aos trabalhos de açudagem no seu alto curso (Piranhas). Nas áreas calcáreas a solubilidade das rochas contribui para acentuar a pobreza da drenagem.

A irregularidade das precipitações é grandemente responsável pelas oscilações que caracterizam o regime dos rios, especialmente do rio principal. As suas águas, que por ocasião das chuvas, normalmente recobrem o leitor maior (vazante), em certos anos transbordam de modo a inundar, com consequências catastróficas, toda a várzea vizinha. É o que se verificou em 1875, 1924 e, mais recentemente, em 1960. O grande espaçamento verificado entre uma cheia e outra permite que a população se instale maciçamente na várzea. Suas consequências não se verificando a intervalos regularmente curtos, a população não receia aí se instalar, da mesma forma como, em outras partes, não receia instalar-se nas vizinhanças de outras fontes de catástrofes, a exemplo de áreas vulcânicas.

De qualquer forma, as enchentes explicam a importância que o topônimo *alto* adquire na região. Correspondem a terraços isolados, morrotes ou, como no caso de Arapuá, a um testemunho de "front" de *cuesta*. Os *altos*, além de terem se tornado sítios de eleição para a localização de sedes de propriedades ou mesmo de pequenos povoados, por ocasião das cheias são procurados como arcas de refúgio. Enquanto no caso do rio Açu o caráter catastrófico é decorrente das maiores cheias, nos rios menores a correnteza adquire, quando das chuvas, caráter torrencial, de inaudita violência. Em vários casos é possível observar como, devido à subida das águas e à sua violência, as árvores que se encontram nas margens dos leitos dos cursos menores encontram-se fortemente inclinados a favor da correnteza.



Foto 5: Nem mesmo as carnaúbas puderam resistir ao impacto das águas por ocasião das cheias, como se pode ver na presente fotografia obtida à margem do rio Açu, nas proximidades de Carnaubais. Foto: D. Romariz.

De resto, como já foi dito, as condições climáticas são responsáveis pelo processo erosivo dominante, caracterizado pelo predomínio da erosão em lençol sobre a linear.

As influências climáticas nas condições da drenagem superficial são parcialmente neutralizadas, para efeito de suas consequências na vida humana regional, por dois fatos: as características das águas subterrâneas e as lagoas.

Nas áreas de várzea o *nível hidrostático* encontra-se entre 5 e 7 m de profundidade, às vezes menos. Tal fato permite que, durante os períodos de estiagem, possa se verificar o aproveitamento relativamente fácil das águas do lençol freático por intermédio de cacimbões.

As *lagoas*, de tamanhos variados, podem ser encontradas ao longo dos rios maiores, especialmente do principal, dispostas nas duas margens. Algumas ficam dentro da própria várzea, sendo normalmente alimentadas pelo excesso das águas das enchentes do Açú. Elas têm um importante papel na regularização do regime do rio, constituindo reservatórios para o início do período da estiagem. A não ser aquelas da área de Pendência, que são salinas, as lagoas de várzea devem ser incluídas entre as vazantes, dado que normalmente secam por ocasião das estiagens. Outras situam-se em níveis mais elevados, até mesmo no tabuleiro cristalino, geralmente originados por barragens de sedimentação. São frequentemente pedregosas, de alimentação em água mais esporádica e somente aproveitadas pelo homem no “caixão”, ou seja, na parte mais profunda. Entre as várias lagoas, duas têm maior significado, em virtude de sua área considerável: a *lagoa Piató*, na margem esquerda do Açú, e a *lagoa Ponta Grande*, na margem direita.

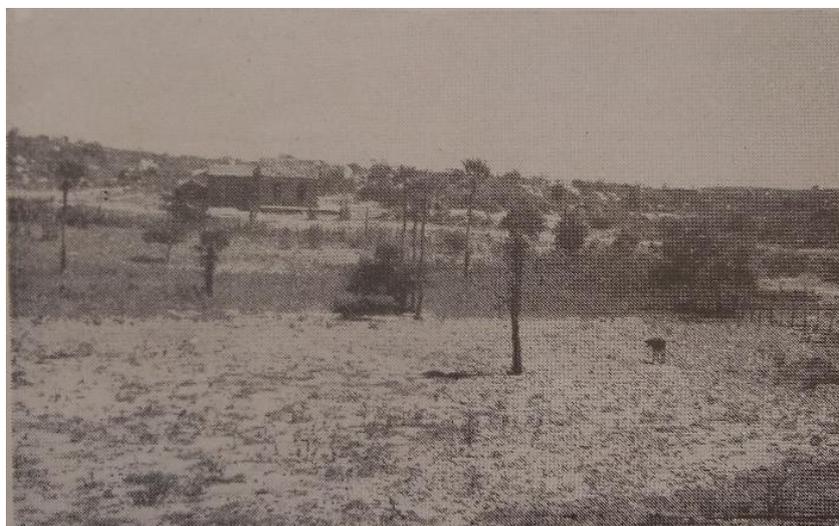


Foto 6: O valor das propriedades da região do Açú está na dependência, antes de mais nada, da porção de várzea de que dispõem e, dentro da várzea, da área coberta por carnaubais. Mesmo quando a extensão da propriedade é relativamente grande, sua expressão econômica não será de grande significação quando faltarem os dois elementos citados. O proprietário nessas condições vê-se forçado a se dedicar à criação de gado, atividade pouco compensadora. Se sua propriedade for de pequena extensão, então nem mesmo a criação poderá ser praticada em escala satisfatória; a única solução será a de trabalhar nos carnaubais alheios ou, ainda, na condição de meeiro de outros proprietários. Foto do autor.

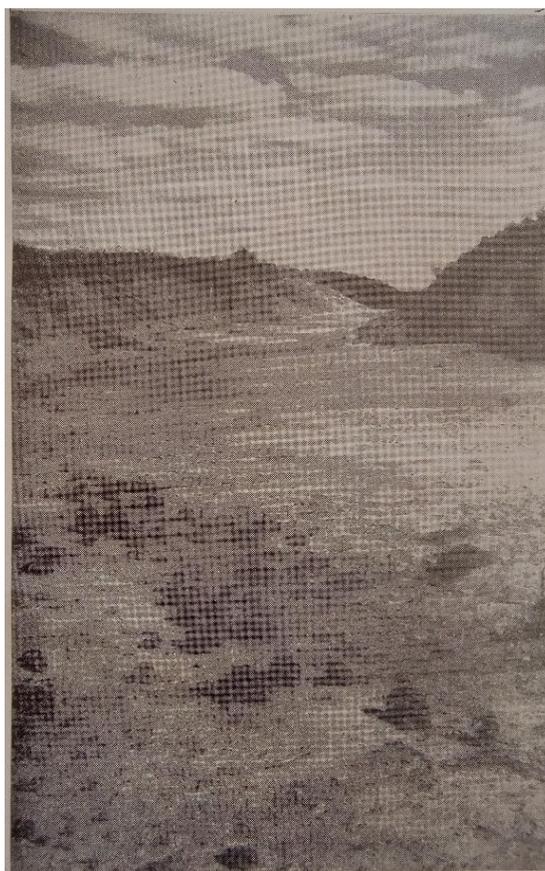


Foto 7: As várias lagoas que se sucedem ao longo das duas margens do rio Açu têm, além de outros, o papel de reguladores da vazão das águas do rio. Todas estão ligadas ao rio por canais naturais, de modo que por ocasião das cheias, especialmente as maiores, são alimentadas em água, devolvendo uma parte em seguida. O sistema de canais que une rio e lagoas foi bastante modificado pelos habitantes da região, às vezes com resultados pouco satisfatórios. Acima vê-se um trecho, na ocasião completamente seco (julho), do canal que une a lagoa do Piató ao Açu. Foto do Autor.

ALGUNS ASPECTOS DA VEGETAÇÃO

O revestimento vegetal natural pode contribuir para que se complete a distinção dos quadros naturais esboçados até agora.

As áreas de várzea normalmente caracterizam-se pela presença de *carnaubais*. De forma ora mais, ora menos concentrada, recobrem aproximadamente 50% da superfície das várzeas, ou seja, em torno de 22.000 hectares. Considerando o problema em seus grandes traços, os carnaubais formam como que uma extensa floresta-galeria acompanhando o curso do Açu. As maiores extensões com essa vegetação se encontram ao norte do Açu, especialmente na parte correspondente à “*percée*”. Aos carnaubais associam-se outros vegetais como *a oiticica*, *o joazeiro*, *a quixabeira*, *o mulungú*, tipos que formam como que um sub-bosque arbóreo, tanto mais denso e variado quanto maior a umidade, a exemplo do que se percebe nas margens da lagoa Ponta Grande.



Fotos 8 e 9: Duas fotografias que bem documentam a diversidade existente entre o revestimento vegetal dos tabuleiros sedimentares (a superior) e a dos cristalinos. Na primeira (a 16 Km de Açu, na estrada para Mossoró), predominam a caatinga arbórea, enquanto o que na segunda (tomada no percurso de Açu à São Rafael, quase ao chegar a esta última cidade), a caatinga arbustiva é a predominante. Foto Dora Romariz.

Nos tabuleiros dominam as caatingas, com fisionomia extremamente variável. Torna-se possível, entretanto, fazer uma distinção entre as caatingas dos tabuleiros sedimentares e aquelas dos tabuleiros cristalinos. Nos sedimentares (calcáreos), dominam *caatingas arbóreas*, com associações de *mofumbo*, *marmeleiro*, *pau-pereira*, *umburana*, *jurema amorosa*, de permeio a cactáceas. Nos cristalinos, as caatingas são mais pobres, normalmente arbustivas, caracterizadas pela menor densidade do manto, pela expressão considerável do *pinhão* e grande predominância das cactáceas, especialmente do *xique-xique*.

Nas faixas de contacto entre os tabuleiros e a várzea, relacionadas com níveis intermediários, distribuem-se formas de transição com o domínio, entretanto, de caatingas arbóreas.

ASPECTOS DO POVOAMENTO

ORGANIZAÇÃO DA MALHA FUNDIÁRIA

O povoamento da área em consideração, já bastante antigo, desde que data do século XVII, foi efetuado em função do eixo fluvial, com base na pecuária, por intermédio de *datas de sesmaria*. Estas foram concedidas sempre com testadas para a calha fluvial.

O rio, como não poderia deixar de ser, orientou todo o processo de povoamento não só porque seu vale constitui um eixo natural de penetração como, também, em virtude do interesse pela água. Inicialmente, embora as datas de sesmaria pudessem contar com porções em sua área, a várzea propriamente não foi elemento de atração. Com esta condição, a várzea somente somou-se à água, quando a população passou de uma economia exclusivamente pastoril para urna agropastoril ou agrícola.

Atualmente as propriedades encontram-se muito subdivididas, fato decorrente, para a maioria dos casos, de um processo de partilha por herança. O papel da partilha por herança pode ser percebido facilmente no fato de que, em todos os núcleos rurais da região, são sempre muito fortes as relações de parentesco.

A subdivisão das antigas datas de sesmaria verificou-se sempre obedecendo à mesma orientação primitiva, em faixas transversais ao rio, de modo que todas as propriedades continuassem a contar com testada para a calha fluvial e, dentro do possível, com terras na várzea, as que realmente podem ter valor econômico.

Entre os principais fenômenos decorrentes ou relacionados com o processo de fragmentação das antigas datas de sesmaria, são dignos de destaque os seguintes:

1. Domínio das pequenas propriedades.
2. Aproveitamento da propriedade, e conseqüente rentabilidade das atividades agrícolas, conforme a proporção em que vazantes, várzea e tabuleiro participam em cada uma delas.
3. Relacionado com o fato acima, organização da ocupação econômica do solo interessando, em cada propriedade, as diferentes unidades já discriminadas.
4. “Habitat” ordenado, com predominância da linearidade.
5. Tendência à cristalização do “habitat” em núcleos rurais com forma de povoado-rua.
6. Caracterização dos núcleos rurais, dada a sua morfogênese, como povoados semelhantes às aldeias de compos contíguos.
7. Correspondência entre as unidades morfológicas do “habitat” e as comunidades rurais.

AS PROPRIEDADES VÁRZEA DO AÇU, UMA DEFINIÇÃO COMPLEXA

A fragmentação por herança das antigas datas de sesmaria foi de tal ordem que, em alguns casos, levou a uma quase pulverização fundiária, com a conseqüente formação de minifúndios. Atualmente são muito frequentes as propriedades com poucas braças de testada (cada braça é igual a 2,2 m), 5 a 20 segundo parece, e 3 léguas de profundidade. Conforme lembrou Orlando Valverde, nosso companheiro de trabalho, esse tipo de disposição das unidades fundiárias corresponde ao que foi estabelecido pelos germânicos na Idade Média, quando eles rechassaram os eslavos para o leste da Europa. É o que os alemães denominam “Hufen”. É semelhante, também, ao “rang” francês, sistema utilizado na colonização de boa parte do vale do São Lourenço e introduzido na Guiana Francesa. Assemelha-se, também, ao padrão utilizado pelos colonos açorianos no litoral catarinense. Conviria lembrar, ainda, a semelhança com a repartição das unidades fundiárias nas áreas onde vigora uma economia da água baseada na irrigação. No próprio Nordeste, as terras beneficiadas pelo sistema de irrigação comandado pelo açude Curemas (Estado da Paraíba), apresentam-se com características semelhantes.

Há um elemento fundamental, entretanto, que contribui para diferenciar o tipo de subdivisão fundiária da região do Açú daqueles lembrados acima. É que as propriedades da região do Açú, a não ser excepcionalmente, não são homogêneas quanto às possibilidades econômicas de suas diferentes partes. Por outro lado, essa ausência de homogeneidade não pôde ser atenuada, até agora, com a aplicação de sistemas de valorização de todas elas. Em cada propriedade, o que realmente tem valor é a parte de várzea que porventura abrange. A

disparidade entre o alto valor da várzea e o baixo valor do tabuleiro é tão grande que o importante, do ponto de vista da população regional, é quantas braças de várzea dispõe um proprietário.

Do que foi dito decorre que na consideração do tipo de propriedade dominante não basta a verificação da área total. Talvez fosse possível chegar mais próximo da realidade estabelecendo uma relação entre a superfície total de cada propriedade e a parcela correspondente a terrenos de várzea. Passa-se, dessa forma, a considerar o segundo dos elementos decorrentes do processo de fragmentação das antigas propriedades.

Por outro lado, tendo em vista a rentabilidade das várzeas, torna-se evidente que quanto maior a sua participação na área da propriedade, menos condições ela possui para ser considerada pequena. Disso decorre, embora aparentemente seja paradoxal, que uma propriedade de grande superfície, mas sem várzea, ou com pouca várzea, na verdade deve ser considerada pequena, enquanto que outra, dispondo de uma importante parcela de várzea, embora com superfície total modesta, deva ser considerada média ou grande.

É lógico que na área em questão, como em qualquer outra, dada a inexistência de iguais possibilidades oferecidas pelo espaço econômico, o conceito de grande, média e pequena propriedade deve ser encarado em função da rentabilidade de cada uma delas. Da mesma maneira, devem ser levadas em consideração as formas de valorização. Assim, por exemplo, pequenas unidades fundiárias onde vigorem formas de valorização indireta, o que é relativamente comum na região do Açu, com o emprego de mão de obra assalariada, devem ser consideradas médias ou grandes propriedades, já que, na maioria dos casos, as formas de valorização implicam em atividades de natureza comercial. Sob esse aspecto, são pequenas as propriedades cuja valorização encontra-se sob a responsabilidade de cultivadores diretos, quaisquer que sejam suas áreas.

Considerando os fatos acima, há uma grande diferença entre o regime fundiário da área correspondente à secção em que o Açu atravessa as unidades cristalinas e o das áreas da “*percée*”. De um modo geral, dada a modéstia das várzeas nas primeiras, aí as propriedades devem ser consideradas predominantemente pequenas. Na “*percée*” encontram-se propriedades médias e mesmo grandes, dada a sua maior rentabilidade. Na própria “*percée*”, entretanto, desde Açu até pouco ao norte de Estreito, verifica-se uma diferença entre as áreas situadas ao longo da margem direita do rio e aquelas ao longo de sua margem esquerda.

Nesse trecho o leito do Açu está deslocado para leste, aproximando-se do festão da *cuesta*. Em consequência, na margem direita há relativamente pouca várzea; aí as propriedades estão reduzidas, do ponto de vista econômico, a verdadeiros minifúndios, antieconômicos. Já na margem esquerda a várzea é muito mais ampla, tendo permitido a presença de propriedades mais rentáveis e, por isso mesmo, médias ou grandes. Um proprietário nesta margem possui, por exemplo, um lote de 317 braças e outro de 600, ambos com 1.000 braças de fundo. Sua situação é tão abastada que reside em Natal, preferindo arrendar suas terras. O arrendatário, por sua vez, possui condições para residir em Açu.

De qualquer forma, mesmo considerando as condições de rentabilidade da terra, e frequentemente justamente por isso, na região do Açu predominam as propriedades pequenas. A presença de algumas propriedades de superfícies relativamente extensas, inclusive uma com

12.000 hectares, apenas acentua a afirmação acima. Mesmo porque, segundo foi possível observar em vários casos, a permanência, de propriedades maiores em certas partes da área em estudo indica, justamente, a concentração, nessas partes, de maiores porções de solos mais rentáveis. É o que sucede, citando o exemplo mais expressivo, na propriedade de 12.000 hectares acima lembrada.

A fragmentação das propriedades trouxe, para a região do Açu, um problema semelhante ao que se tem oportunidade de verificar nas áreas de colonização italiana ou alemã do Rio Grande do Sul ou do Espírito Santo. Enquanto nestes casos, todavia, já é possível notar a presença de uma série de precauções no sentido de dificultar novas e sucessivas partilhas, ao mesmo tempo que as novas gerações tiveram oportunidade de dispor de terras em áreas às vezes contíguas, não desbravadas ainda, na região do Açu o parcelamento atingiu graus de pulverização, e as novas gerações não dispõem, nas regiões contíguas, de novas áreas passíveis de aproveitamento. Daí a emigração, que assume características totalmente diferentes daquela que interessa os descendentes de italianos ou alemães.

Em todo caso, algumas medidas, com caráter paliativo, também podem ser verificadas no Açu. É, por exemplo, o caso de uma propriedade da área do Saco, ao sul de Açu, que, com suas mingoadas 44 braças de frente deveria ser dividida entre 4 herdeiros. Estes decidiram, entretanto, que seria melhor conservá-la inteira, dado que, fragmentada, originaria parcelas anti-econômicas.

A VOCAÇÃO DAS UNIDADES DO ESPAÇO ECONÔMICO

Como seria de esperar, em cada propriedade, o espaço econômico é organizado de modo a aproveitar as diferentes possibilidades da várzea, dos tabuleiros ou das vazantes, ou ainda dos níveis intermediários.

Tal fato, conforme será possível observar mais adiante, quando se tratará da utilização do solo, contribui para que os fenômenos da Geografia Agrária se arrumem em função do eixo fluvial, apenas sofrendo uma relativa perturbação quando da presença de lagoas. Assim é que a partir das duas margens do rio dispõem-se, em faixas sucessivas, esquematicamente contínuas e paralelas, uma série de unidades paisagísticas culturalmente diferenciadas, desde as caracterizadas pelas lavouras de vazante até aquelas dos tabuleiros, marcadas por uma criação modesta.

Os fatos da Geografia Física, portanto, já que a eles ligam-se as formas de utilização dos solos, condicionam a relativa homogeneidade paisagística das unidades culturais. Convém frisar, entretanto, que tal condicionamento decorre antes da influência das pequenas unidades físicas, definidas ao longo do rio, do que das grandes unidades morfológicas que se sucedem de norte a sul.

A LINEARIDADE DO “HABITAT”

As sucessivas partilhas das propriedades, sempre visando testadas para o rio, contribuíram para dar ao “habitat” rural formas predominantemente lineares.

O processo que levou a essas formas pode ser esquematizado do modo que se segue. Dado que as propriedades dispuseram-se ao longo do rio, os primeiros caminhos vicinais definiram-se paralelos ao eixo da calha fluvial, nas duas margens. Devido à natureza da várzea, especialmente a presença de lagoas e as possibilidades de enchentes, esses caminhos geralmente afastaram-se um pouco do rio, seguindo, grosso modo, as linhas de contacto entre a várzea e os tabuleiros. Essas linhas de contacto definiram-se com maior frequência nos níveis intermediários, especialmente no de 45 m, pouco acima da várzea e caracterizado pela presença de lagoas pedregosas, e no de 65 m, êste coincidindo, na zona cristalina de cristas gnáissicas, com as depressões, algumas vezes aproveitadas para açudagem. Somente quando as várzeas são relativamente grandes, como sucede ao longo da margem esquerda do Açu, entre a cidade de Açu e o núcleo de Carnaubais, então os caminhos se bifurcaram, um ramo acompanhando a linha de contacto citada, o outro seguindo pela própria várzea. As casas de moradia, assim como a maior parte das instalações da propriedade, localizaram-se junto aos referidos caminhos, geralmente dando os fundos para a várzea. Dessa forma, cada unidade satisfaz às necessidades ligadas às atividades de produção (vizinhança da várzea) e àquelas que alimentam a vida de relações (vizinhança do caminho).

É interessante notar que a linearidade praticamente se definiu em função do grande eixo do Açu, poucas vezes se ramificando ao longo dos eixos afluentes. Isso se deve, segundo parece, à grande desproporção entre o rio principal (e seu vale) e seus afluentes, êstes praticamente não dispendo de várzeas. Os tabuleiros, por sua vez, também não participaram da ramificação dos quadros citados, antes de mais nada porque não constituíram áreas de atração e porque, mesmo as estradas que por eles se definiram, foram simples traços de união entre os vales férteis que compartimentam o Apodi.

O POVOADO-RUA

O processo de partilha pode chegar a tal ponto que, em consequência, verifica-se uma frequente tendência à cristalização do “habitat” em núcleos rurais, com forma de povoado-rua. Tal fato se verifica especialmente na área entre Açu e Carnaubais (margem esquerda) e na zona de Ipanguaçu (margem direita), ambas no trecho correspondente à “*percée*”.

Na primeira área temos os exemplos de *Santo Antônio*, *Martins Camboeiro*; na segunda, o próprio núcleo de *Ipanguaçu* é exemplo expressivo. Fora dessas áreas merecem uma citação os povoados de *Saco* e *Igaraçu* (margem direita), entre Açu e São Rafael. Em certos casos a estrada se transforma em uma só rua com alguns quilômetros de extensão.

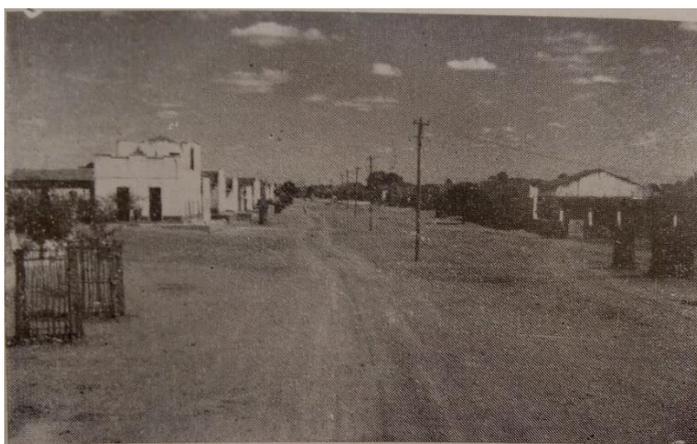


Foto 10: A linearidade é o traço dominante do “habitat” de toda a região do Açu. O fato é válido tanto para o “habitat” disperso quanto para o concentrado. Mesmo os núcleos maiores, à exemplo de Ipanguaçu, não fogem à regra geral, apresentando-se como verdadeiros povoados-rua. Foto do autor.

Graças à sua gênese, assim como às atividades de seus habitantes, tais povoados-rua lembra as *aldeias de campos contíguos*. Realmente, os lotes que constituem em povoado são verdadeiras propriedades rurais que, graças à disposição que possuem, permitem que as casas de seus responsáveis fiquem praticamente lado a lado e que, atrás da linha de casas, e contíguas a ela, disponham-se as áreas de culturas.

NÚCLEOS RURAIS E COMUNIDADE

A tendência a concentração do “habitat” vê-se completada, ou pelo menos acompanhada, pelas comunidades delineadas em função dos laços de parentesco que unem as famílias moradoras das propriedades resultantes da subdivisão de propriedades maiores.

Geralmente as datas de sesmaria formadoras da primitiva malha delimitaram, no espaço, a maioria das unidades que correspondem as atuais comunidades. Tal fato prevalece inclusive na toponímia. Assim é que as denominações *Santo Antônio, Canto Grande, Martins, Camboeiro, Arapuá, Saco, Igaraca*, correspondem a unidades da malha fundiária primitiva e prevalecem mesmo fora das aglomerações. Na divisa, a primeira casa de Camboeiro pode estar mais próxima da última de Martins do que duas consecutivas deste último núcleo.

É a delimitação tradicional que determina a comunidade a qual pertence cada habitante, mesmo porque, grosso modo, as unidades de parentesco relacionam-se com as unidades da primitiva malha fundiária. Tal fato reveste-se de importância bastante grande, especialmente quando se quer distinguir possibilidades em função da vida de relações em cada uma das unidades. Não é o aglomerado que define as comunidades, mas sim a antiga unidade fundiária.

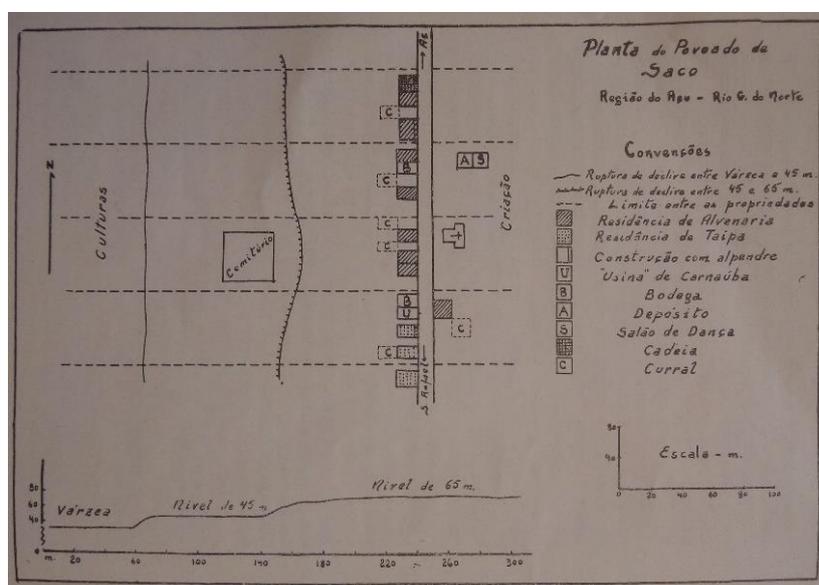
POVOADO DE SACO, UMA AMOSTRA REPRESENTATIVA

O povoado de Saco (Itajá) constitui um bom exemplo de pequenino aglomerado rural da região do Açu. Situa-se poucos quilômetros ao sul da cidade de Açu, junto à estrada para São Rafael, na margem direita do rio.

Da mesma forma que um outro pequenino povoado que lhe é vizinho, pouco mais de 2 km, *Igaracu*, originou-se em terras de uma antiga propriedade, a fazenda do Saco. A fragmentação da referida propriedade por herança, resultou na criação de uma série de propriedades menores, geralmente com 5 léguas de profundidade e 5 a 30 braças de testada para o rio.

A área dentro da qual se encontra o povoado de Saco é formada por quatro propriedades com 24 braças de testada cada uma, e duas léguas de profundidade, uma légua tendo sido vendida. As quatro parcelas pertencem aos bisnetos do proprietário da antiga fazenda do Saco. O processo de subdivisão das terras, assim como a própria origem do núcleo, transparecem no fato de que seus habitantes, em esmagadora maioria, estão unidos por laços de parentesco. Predominam as famílias *Lopes* (antigos proprietários), *Pessoa* e *Chimbinha*, grandemente entrelaçadas entre si, inclusive porque tem sido frequentes os casamentos dentro do grupo.

O povoado, com cerca de doze casas, localiza-se no nível intermediário de 65m. A estrada entre Açú e São Rafael (antigo caminho vicinal e hoje estrada secundária, dado que a estrada principal atualmente segue o topo do tabuleiro), margeia a borda desse nível, a cavaleiro da várzea. As casas dispõem-se de frente para a estrada e fundos voltados para a várzea e, portanto, para o rio. Do outro lado da estrada as habitações são menos comuns, nele encontrando-se a igreja (veja-se a planta que acompanha estas considerações). No conjunto há uma disposição ordenada linear, daí tratar-se de um povoado-rua. A presença, fora do povoado, de habitações de *moradores*, dispersas de forma desordenada, não invalida o traço morfológico acima.



O núcleo é indiscutivelmente rural, dado que a atividade dominante entre seus habitantes é a agricultura. Cada uma das quatro parcelas possui cerca de 20 tarefas de várzea (aproximadamente 7 hectares) junto ao rio. Outro tanto dispõe-se junto ao açude do Saco, construído por um dos ancestrais dos atuais habitantes. A disposição das habitações espelha a importância da atividade agrícola, já que, localizadas contiguamente a várzea, tornam pequenos os percursos a fazer diariamente até aos campos de cultivo.

O cultivo do solo é completado por uma criação em escala reduzida. Para esse fim todas as casas de moradia possuem, ao fundo, pequeno curral de gado bovino. O cercado da “miunça” (gado de pequeno porte, cabras, carneiros, porcos) é construído mais afastado. Os proprietários normalmente possuem de 10 a 15 cabeças de bovinos, anualmente “cevando” duas a três cabeças que, durante três meses consecutivos, recebem rações no curral.

A morfologia do povoado, assim como as atividades principais de seus habitantes, permitem associa-los às aldeias de campos contíguos

O parcelamento da terra na verdade é maior do que a presença das quatro propriedades poderia fazer supor. É que, aí como em outras partes da região do Açú, interessa muito mais realizar o parcelamento em função de unidades de utilização do que propriamente de unidades de posse. Nas quatro propriedades de Saco vivem oito famílias de moradores, cada uma delas podendo dispor de 3 a 4 tarefas de várzea para cultivar. Para esses moradores a atividade agrícola não é satisfatória, de modo que oferecem seus serviços em outras propriedades na qualidade de diaristas e, quando é época, trabalham nos carnaubais.

Ao lado das atividades diretamente ligadas ao aproveitamento do solo, seus habitantes dedicam-se, também, a atividades comerciais ou de beneficiamento. Além de duas bodegas, modestas, e cujo comércio atende aos habitantes da localidade ou das áreas contíguas, no povoado está sediado um comprador de cereais, algodão e cera de carnaúba, que revende os produtos em Açú, e uma usina de beneficiamento de cera.

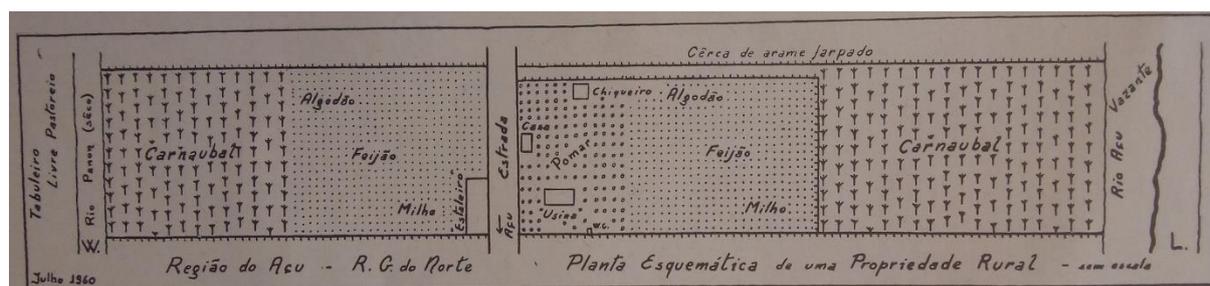
O vizinho povoado de Igaracu possui condições semelhantes. Entre os dois há uma certa interdependência, não só devido as relações de parentesco existentes entre seus habitantes mas, também, porque enquanto em Igaracu está a escola primária, no povoado de Saco encontram-se a igreja e o cemitério.

A relação entre as atuais comunidades e as antigas propriedades pode ser percebida no caso dos dois povoados. Os habitantes de Igaracu, em maioria, assim como os que se encontram fora dos dois núcleos, dizem morar em Saco.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DO ESPAÇO

FORMA ESQUEMÁTICA DE ORGANIZACAO DO ESPACO

Considerando os elementos relativos malha fundiária atual, torna-se possível fornecer um quadro esquemático da organização econômica do espaço por intermédio de uma propriedade-padrão.



a) No leito do rio pratica-se a cultura de vazante, no período de estiagem. Compreende principalmente o cultivo de *feijão, batata doce, melancia, melão, gerimum (abobora)* e outros.

b) Na várzea, em vários casos com o auxílio de irrigação, praticam-se *culturas de “inverno”*, especialmente *feijão, milho, algodão*, frequentemente consorciados. Dentro do nível de várzea, caso haja lagoas, praticam-se também culturas de vazante, com a presença do *sorgo* ao lado dos demais produtos. A existência dos carnaubais, por sua vez, justifica uma *atividade extrativa* interessando à cera. A criação tem um papel de pouca importância.

c) *A casa do proprietário*, em certos casos localizada na própria várzea, vê-se circundada pelas fruteiras (*mangueiras, laranjeiras, jaqueiras, bananeiras* e outras), assim como pelas residências de empregados e, às vezes, dependências de beneficiamento de produtos agrícolas ou outras relacionadas com o aproveitamento da carnaúba (*usina, estaleiro*, etc.).

d) No *tabuleiro*, afora algumas lavouras de algodão, domina o *criatório extensivo*.

O problema das cercas, na região do Açu, não se coloca em função da necessidade de delimitar a propriedade. Nas áreas de várzea utilizam-se cercas com o objetivo de envolver as culturas e não as propriedades. Assim, dentro de um mesmo *cercado* é possível encontrar culturas de várias propriedades. As cercas, no caso, têm a finalidade de proteger as culturas da invasão dos animais. De um modo geral, dada a principal função econômica dos tabuleiros, a principal precaução é separar essa parte das várzeas. Decorrência de posturas municipais, as cercas têm 7 palmos de altura e 9 fios de arame. Nos tabuleiros as propriedades, não sendo cercadas, permanecem no *aberto*.

CALENDÁRIO DAS ATIVIDADES

O calendário das principais atividades é relativamente simples, em síntese sendo o seguinte:

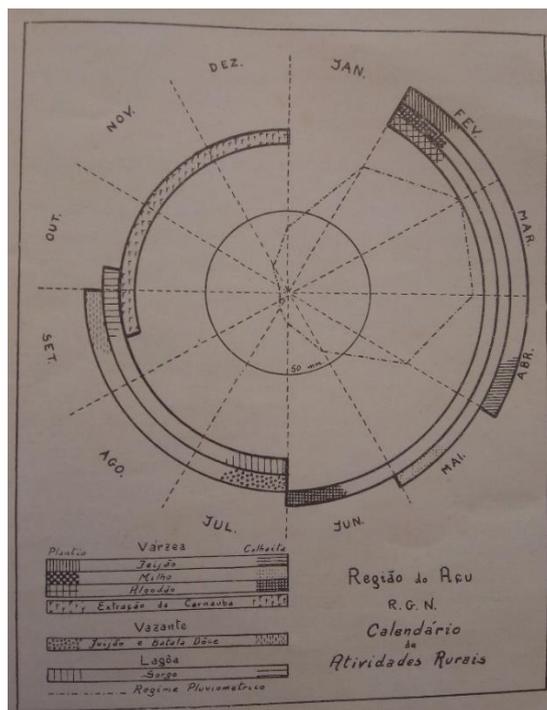
1. no mês de fevereiro, com o início do *inverno*, enceta-se o plantio nas áreas de várzea. Os campos permanecem com as culturas até o mês de maio, ocasião em que se iniciam os trabalhos de colheita. Esta, conforme as plantas cultivadas, prolonga-se até fins do mês de junho, época em que o *inverno* já está encerrado.

2. terminada a colheita, quando é o caso, solta-se o gado na várzea, ou nos carnaubais, ou nos próprios campos que foram cultivados, neste último caso com o objetivo de aproveitar a *palhada*. Só é solto o gado de grande porte, mesmo no carnaubal. Dessa forma evita-se que, especialmente a partir de setembro-outubro, o gado permaneça no tabuleiro durante a estiagem.

3. em julho, quando, graças ao recuo das águas, já existem áreas de vazante nos rios, e mais tarde também nas lagoas, elas começam a ser progressivamente aproveitadas. A colheita das vazantes estará encerrada na primeira quinzena de outubro. No mais das vezes trata-se de plantas de ciclo vegetativo curto.

4. já em meados de setembro, coincidindo com a diminuição das atividades relacionadas com as vazantes, inicia-se a extração (corte) das folhas de carnaúba. Essa atividade perdura até fins de dezembro embora, na maioria das propriedades, um mês seja praticamente suficiente.

Como é possível perceber, a variedade de áreas a aproveitar, assim como a *tríplice forma de utilização da várzea* (agricultura, criatório e indústria extrativa), permitem que o habitante da região possa distribuir suas atividades no decorrer de quase todo o ano. Somente uma pequena parte do início do ano, especialmente janeiro, constitui período morto. Mesmo assim, há quem, nessa ocasião, dirija-se para o norte com o objetivo de trabalhar nas salinas que se encontram a jusante de Pendência. Esse fato se torna possível porque nessa ocasião verifica-se a maior concentração de trabalho na extração do sal (período de estiagem).



AS CULTURAS DE VAZANTE NOS RIOS

Nas áreas de vazante cultivam-se indistintamente produtos comerciais e outros para o consumo. *Feijão e batata doce* normalmente encontram-se no primeiro caso. Cebola e alho atendem apenas necessidades de consumo. *Melão, melancia, gerimum*, regra geral plantados nos taludes que separam o leito do rio do nível da várzea (barreira), são para o consumo, eventualmente participando do comércio de âmbito local.

Nas vazantes o único utensílio de trabalho é a enxada. Com ela abrem-se covas com três a quatro palmos de profundidade, de modo a atingir água. Nas covas coloca-se esterco e, em seguida, elas são recobertas com a terra que havia sido deixada ao lado. O feijão plantado em cova, enquanto a batata é plantada nos *leirões*, os montículos de terra formados com o processo lembrado acima.

Os que são proprietários da terra utilizam o esterco obtido nos pequenos currais que, às vezes, são erguidos junto as habitações com o objetivo de recolher alguns bezerros e vacas leiteiras. Quando possuem *moradores*, e têm possibilidades para isso, fornecem esterco a eles que trabalham na vazante em sistema de meação. No caso do proprietário não dispor de esterco suficiente para fornecer ao *morador*, este se vê na contingência de adquiri-lo, dado que não pode cultivar o terreno de vazante sem adubação. Uma *carga* de esterco, compreendendo dois

caçuás com 80 Kg, é paga à razão de Cr\$ 10,00, outro tanto sendo pago para o seu transporte. Embora possam ser utilizados outros adubos, a exemplo da palha de carnaúba picada, de um modo geral, a meação em área de vazante não é muito interessante para o *morador*, dado que seu lucro é relativamente pequeno. Daí duas consequências mais importantes: em muitos casos o *morador* não se interessa pela vazante, o proprietário sendo obrigado a utilizá-la com seus próprios meios. Em outros casos, segundo vários informantes, não é raro que o meeiro não forneça ao proprietário da terra o correspondente exato a que ele faz jus.



Foto11: As culturas de vazante interessam aos agricultores no decorrer de todo o período entre julho e outubro. Trata-se de uma atividade praticada aos poucos, à medida que se verifica o recuo das águas dos rios ou das lagoas. Como num mosaico, as pequenas porções cultivadas vão se dispondo umas ao lado das outras, com plantas de idades bastante variadas. A fotografia mostra alguns leirões de recente aproveitamento de exígua faixa recém-abandonada pelas águas. Foto do Autor.

No conjunto, se bem que as lavouras de vazante tenham, para o todo da região do Açu, um relevante papel, desde que contribuem para satisfazer uma parte bastante grande das necessidades de consumo, elas são constituídas por parcelas modestas. Caracterizam-se pelo fato de que não são formadas de uma só vez, mas aos poucos, às vezes somando-se, progressivamente, unidades cultivadas com poucos metros quadrados de área. Plantio e colheita, em consequência, distribuem-se por períodos relativamente longos, tanto que, em certos casos, enquanto se está plantando em uma parte, já é possível colher em outra. É natural que, dessa forma, se obtenha produção quantitativamente reduzida, o que concorre para dificultar sua penetração no circuito comercial, a não ser local e irregular. Para isso contribui, também, o caráter perecível de certos produtos e a ausência, em área suficientemente próxima, de mercados consumidores satisfatórios.

AS LAGOAS - CULTURAS DE VAZANTE E PESCA

A utilização das vazantes das lagoas depende do seu tipo. Nas *lagoas altas*, normalmente pedregosas, as atividades agrícolas são pouco significativas. Nelas somente o *caixão* (a parte mais profunda), frequentemente argiloso, com ausência de pedras, vê-se aproveitado para a cultura do *sorgo*, localmente denominado trigo ou milho-trigo, de introdução recente². Nas

² – A propósito da cultura do sorgo na várzea do Açu, recomenda-se a leitura do trabalho *A cultura do sorgo na várzea do Açu, Rio Grande do Norte*, de autoria de Terezinha Alves de Melo. O referido trabalho foi apresentado, como tese, na XV Assembleia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

lagoas baixas, ou *alagados* das várzeas, encontra-se uma repetição, junto aos *aceiros* (áreas marginais), do que se vê na vazante dos rios. No *caixão*, sempre com solos argilosos que racham com o desaparecimento das águas (argila poligonal), planta-se sorgo.

De um modo geral a agricultura das lagoas vê-se praticada dentro das mesmas condições técnicas rudimentares daquela das vazantes dos rios. Merece uma citação, pela sua importância, o fato de que alguns sangradouros de lagoas têm sido modificados, dragados, desviados ou retificados), pelos poderes públicos ou, por particulares, com o fito de facilitar o seu preenchimento por ocasião das cheias.

Uma importante atividade ligada às lagoas, e secundariamente aos rios, é a pesca, atividade digna de menção tendo em vista que, especialmente na área entre Açú e Pendência, é o pescado a principal fonte de proteínas animais de que pode dispor a maior parte da população pobre.

A época da pesca, como é natural, é o *inverno*, o principal peixe sendo a *piaba*, além da *traíra*, *curimatã* e outros.

Nas lagoas *menores* e *alagados* da várzea praticamente verifica-se uma *apanha* de peixes e não uma verdadeira pesca. Um grupo de *moradores* interessados, compreendendo homens, mulheres e crianças, reúne-se em mutirão. De um a outro extremo da lagoa, constroem um pequeno muro de lama que apenas ultrapassa a tona da água. Em seguida, numa atividade rústica e pitoresca, esvaziam um dos lados da lagoa com o auxílio de latas de querosene, praticando a apanha do peixe a mão. Depois fazem o mesmo do outro lado.

Rudimentar embora, esse tipo de pesca contribui para melhorar a alimentação de uma população que, em certos casos, chega a apresentar indiscutíveis características de miserabilidade.

Nas grandes lagoas, especialmente *Piató* e *Ponta Grande*, a pesca constitui uma atividade de caráter comercial.

Na lagoa do *Piató*, em cujas margens a terra se encontra sub-dividida (a maior propriedade possui 500 hectares, a segunda 200, todas as demais sendo menores), a pesca é praticada livremente por quem o desejar. O possuidor de *armadilha* completa, ou seja, rede e canoa, pesca à vontade, usufruindo do todo o produto que consiga obter. Os *moradores* em geral, e mesmo muitos pequenos proprietários, não tem condições econômicas para a posse de uma *armadilha*. Em consequência, alugam a um proprietário mais abastado a canoa à razão de Cr\$ 500,00 por mês. A rede, ainda quando o *morador* não a possua, não é alugada, mas sim emprestada. Pelo empréstimo da rede o proprietário recebe a meia do produto obtido. A outra metade, por sua vez, vê-se subdividida entre o *proeiro*, que lança o arrastão, e o *popeiro*, que é responsável pela condução da canoa. Há pescadores que não possuindo canoa tomam a rede a *meia* e pescam a pé.



Foto 12: Nos “alagados” das várzeas o “caixão” é frequentemente argiloso. Quando o alagado seca, o solo do caixão racha dando origem à forma poligonais. Nessas áreas apenas a cultura do sorgo é de certa importância. Foto do autor.



Foto 13: A partir da área de Pendência, para o norte, as lagoas deixam de ter o papel de cristalizadoras de atividades agrícolas. Tal fato é decorrência, principalmente, do seu caráter salino. A “praia” que vemos acima, recém-abandonada pelas águas, no momento limitada ao “caixão”, além de salina é relativamente perigosa. Foto do autor.



Foto 14: Aspectos da lagoa da Porta, a poucos quilômetros de Açu, no caminho para São Rafael. As cercas atravessam-na definindo propriedades, dado que, à medida que ela seca, seus solos podem ser aproveitados. Foto do autor.

Na lagoa Ponta Grande toda a pesca é controlada por um só proprietário, dado que toda a lagoa encontra-se encravada em uma só propriedade, caso excepcional na área em estudo, a *fazenda Itú*, com 12.000 hectares de superfície. Aí toda a pesca é feita a *meia*, sendo permitida somente do mês de setembro até o fim do inverno. É aí que se encontra o melhor exemplo de

comercialização dos produtos da pesca. Todo o peixe fresco recebido pelo proprietário, e parte daquele que cabe ao pescador é negociado com intermediários que o redistribuem nos mercados de Açu, Pendência e mesmo Mossoró.

AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NAS ÁREAS DE VÁRZEA

Nas áreas de várzea, para efeito das atividades agrícolas, deve-se distinguir a *várzea alta*, ou enxuta, da *várzea baixa*. A primeira, nem sempre utilizada nos anos de maus invernos, tem no *feijão de corda* a lavoura mais representativa e mais significativa para o consumo. A segunda permite maior utilização pelos *milharais*.



Foto 15: As vazantes, primeiro plano, permitem obter produtos agrícolas que alimentam especialmente necessidades de consumo. As várzeas que aparecem no segundo plano, constituem as áreas por excelência de vocação agrícola, as mais intensamente utilizadas. A intensidade da utilização dos solos de várzea, assim como as extraordinárias paisagens que se descortinam ao longo de todo o baixo Açu não chegam a disfarçar as condições pouco satisfatórias em que vive a maior parte da população. Foto do autor.

De qualquer forma, e deixando de lado a distinção acima, nem sempre fácil de se perceber, mesmo com o auxílio dos habitantes da região, a várzea, no seu conjunto, é a principal área agrícola e, de um modo geral, econômica. Ela fornece alguns dos principais produtos de subsistência, nela a fruticultura tem um certo destaque, assim como é nela que se encontram as atividades de maior rentabilidade, representadas pelas lavouras de algodão e pela extração de cera de carnaúba

As *culturas de subsistência* são muito variadas: *feijão de corda*, *milho*, *fava*, *batata dote*, *arroz*, *melão*, *melancia* e outras. Normalmente são praticadas como atividades comuns dos *moradores*.

O melhor aproveitamento da terra obriga a associação de culturas. Assim é que o feijão é sempre consorciado ao algodão, o mesmo acontecendo, frequentemente, com o milho. Em certos casos, a presença de algumas árvores frutíferas, de *roças* de milho e feijão, assim como de melancia ou de gerimum, pode dar a impressão de culturas promiscuas.

Dada a total dependência em que as culturas se encontram em relação às chuvas, e consideradas as possibilidades de renovação dos elementos nutritivos do solo em consequência das enchentes, não se verifica a presença de nenhum sistema de roça de terras ou de culturas.

Os *moradores* geralmente trabalham nas culturas acima relacionadas na condição de *parceiros*, podendo ser *meeiros* ou *terceiros*. No caso da terra, praticada para as lavouras de cereais, de três cuias (cinco litros) do produto obtido, uma é para o proprietário da terra. Os *diaristas* solicitados pelas lavouras dos proprietários recebem diárias que oscilam, com a mesa, de Cr\$ 60,00 a Cr\$ 100,00. Nos últimos meses, depois das grandes cheias de 1960, as diárias subiram em consequência da mão-de-obra rural ter sido muito solicitada para empregar-se nos trabalhos ligados ao combate contra os danos; atingiram quantias superiores a Cr\$ 100,00 e até Cr\$ 120,00.

A *fruticultura* é atividade que pode ser encontrada um pouco por toda a várzea, porém praticada em pequena escala. Aí não é possível encontrar nada de semelhante aos laranjais dos estados de São Paulo ou do Rio de Janeiro, ou aos bananais do litoral do estado de São Paulo. Basicamente, trata-se de *pomares de quintais*, formados junto as casas de moradia. Com *mangueiras*, *goiabeiras*, *pinhas*, *jaqueiras*, *laranjeiras*, *mamoeiros* e outras, parecem satisfazer principalmente necessidades de consumo doméstico.

Em alguns casos, entretanto, a fruticultura alimenta relações comerciais. A *bananeira* é a única planta cultivada em culturas homogêneas, visando especialmente o comércio. São cultivadas duas variedades, a banana d'água, ou *casca verde* e a maçã, ou *banana leite*.

A maior parte da produção frutícola de caráter comercial encontra escoamento dentro da própria região, especialmente nos mercados de Açu, Pendência e São Rafael. Uma parte, entretanto, chega a ser distribuída para a vizinha Areia Branca ou, ainda, para Mossoró, Macau e Angicos. A não ser os fruticultores das vizinhanças dos centros urbanos, especialmente de Açu, os demais dependem, para a colocação de sua produção, dos proprietários de caminhões, que em número superior a uma centena, acumulam as funções de intermediários nas transações comerciais e responsáveis pelo transporte da mercadoria.



Foto 16: Em alguns trechos da várzea depara-se com paisagens realmente surpreendentes, dado que refletem formas de utilização do espaço que fogem aos padrões das áreas restantes. As habitações sucedem-se com extraordinária frequência, rodeadas por pomares e culturas bastante diversificadas. Os carnaubais adensam-se em várias partes, camuflando, com suas copas, as pás e torres dos moinhos de vento. A possibilidade de extrair água do sub-solo constitui um dos principais fatores do intensivo aproveitamento dos solos dessas áreas. Os bananais de caráter comercial, como o que se vê na fotografia, puderam desenvolver-se graças a irrigação. Foto do Autor.

Ao se tratar da agricultura nas áreas de várzea, merece uma referência especial a influência que sobre ela tem sido exercida nos últimos anos pelo “Plano de Valorização do Açu e Apodi”. Criado em junho de 1956 como uma das consequências imediatas do “Encontro dos Bispos do Nordeste”, este Serviço pretende valorizar, na região do Açu, 18.000 hectares de terras irrigáveis, dos quais cerca de 8.000 na área ao norte de Açu. Na época em que iniciou suas atividades, somente pouco mais de 300 hectares, em toda a várzea, estavam irrigados; atualmente a área irrigada atinge 800 hectares. Até fins de 1959 já haviam sido distribuídas 81 moto-bombas, alugadas por ano, e vendidas mais 22. O Serviço distribuiu 1.800 m de canos de duralumínio e auxiliou a abertura de 110 cacimbões, além de 45 tanques (cacimão e cruzeta) de distribuição e 1.100 m de canais de alvenaria. Tem procurado, embora com dificuldades, criar núcleos de irrigação na base da formação de pequenas comunidades rurais. Até agora só foi possível, nesse sentido, a localização de três moto-bombas beneficiando 25 famílias, todas constituídas por meeiros.

Percebe-se que em seguida aos referidos trabalhos de irrigação verificou-se uma sensível melhoria no abastecimento de centros urbanos vizinhos, especialmente em produtos da fruticultura, a atividade que mais se tem aproveitado de seus benefícios.

AS LAVOURAS DE ALGODÃO E SUA RENTABILIDADE

A do algodão constitui a principal lavoura comercial de toda a várzea do Açu. A variedade mais cultivada é o verdão, embora seja possível encontrar muitas lavouras de *mocó* e um tipo resultante do cruzamento espontâneo entre os dois, regionalmente denominado *emacacado*. A distinção entre as três variedades se faz pelo caroço, dado que o *verdão* tem caroço verde (daí seu nome), o *mocó* tem preto e o *emacacado* avermelhado. Todas são perenes, tendo duração até 10 e mais anos. Além das variedades citadas, pode ser encontrado, também, o algodão *branco*, resultado do cruzamento entre o *verdão* e o *herbáceo*. O algodão *branco* só é plantado nos alagados, dado que na várzea não chega a resistir a estiagem.

O plantio do algodão se verifica, como para os demais produtos da várzea, no início do *inverno*, a colheita podendo ser efetuada desde julho até dezembro, conforme o caso. Para essa cultura os proprietários normalmente utilizam diaristas com o objetivo de semear (*plantar o caroço*). No caso de *parceria com moradores*, estes fornecem a terra para o proprietário.

Os tratos culturais que a lavoura de algodão recebe na região compreendem a remoção do revestimento vegetal natural, plantio, as *limpas* (capinas), pulverização e colheita. Considerando as culturas da várzea, a rentabilidade do algodão, por *tarefa* (cada tarefa equivale a 1/3 de hectare), e a seguinte:

<i>Despesas</i>	
Sementes (2 Kg, a Cr\$ 30,00 cada)	Cr\$ 60,00
Plantio	Cr\$ 120,00
Limpas (4, a Cr\$ 250,0 cada)	Cr\$ 1.000 00
Inseticidas (compra e aplicação)	Cr\$ 150,00
Colheita (120 Kg, a Cr\$ 30,00 cada)	Cr\$ 360 00
TOTAL	Cr\$ 1.690,00
<i>Receita</i>	
120 Kg, a Cr\$ 20,00 cada	Cr\$ 2.400,00
Receita Líquida	Cr\$ 710,00

Daí decorre que para cada hectare a renda líquida é igual a cerca de Cr\$ 2.130,00. A essa renda deveriam ser acrescentados, também, os resultados obtidos com as culturas intercaladas no algodão (feijão de corda ou milho).

Os cálculos acima foram feitos tendo em vista um rendimento médio de 6 arrobas (cada uma com 20 Kg) por tarefa, para as culturas de várzea. No tabuleiro a rentabilidade é muito mais baixa, pois cada tarefa normalmente fornece 3 arrobas, chegando a um máximo de 5 nos anos mais favoráveis. Nos solos argilosos das lagoas, a exemplo, segundo informações, da do Piató, o rendimento sobe até 10 arrobas por tarefa. Este caso, entretanto, de qualquer forma deve ser considerado excepcional.

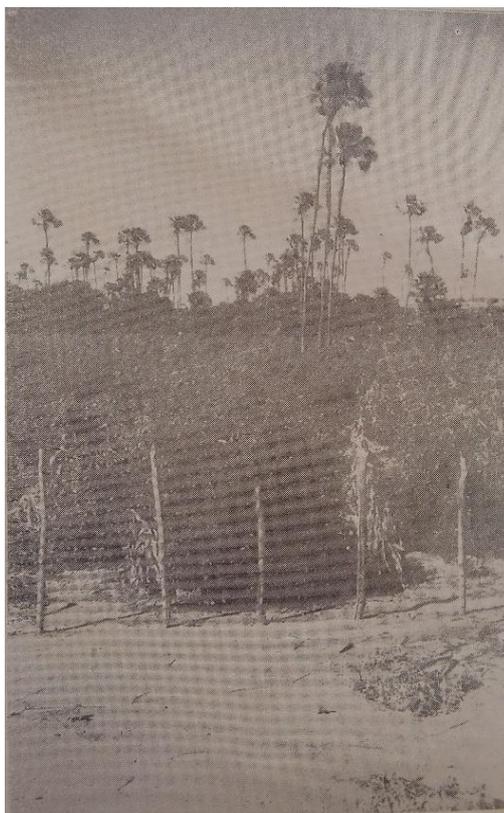


Foto 17: Entre os produtos cultivados na região do Açu, o algodão é o de maior valor comercial. Embora aparecendo nos “tabuleiros”, é na várzea que se encontra com maior frequência. Limitando-se o plantio ao tipo “verdão”, que aparece acima, impedindo-se que continuem a se verificar cruzamentos de toda a natureza com outras variedades, selecionando sementes e melhor organizando a comercialização do produto, a região do Açu poderá contar com um excelente elemento para seu maior desenvolvimento econômico. Foto do Autor.

A maior parte da produção algodoeira regional é comercializada em Açu. Aí estão sediadas seis firmas compradoras de algodão, todas nacionais com exceção da *Cook*, que é inglesa. No passado a praça de Açu abrigava, também, as atividades da *Anderson Clayton* e da *SANBRA*.

A participação das firmas compradoras no incentivo da cultura tem diminuído, fato que se percebe não só na retirada das duas grandes empresas mencionadas como, também, no problema sempre mais grave, da obtenção de sementes por parte dos agricultores. No passado as firmas compradoras se incumbiam de selecionar e fornecer as sementes. Atualmente limitam-se a vender apenas 10% dos caroços que adquirem aos agricultores com os quais mantem

melhores relações comerciais. Essa modificação no modo de agir por parte dos compradores se deve ao fato dessas firmas, atualmente, terem maior interesse em transformar todo o caroço obtido em óleo, dado seu alto valor. Em outras palavras, o algodão cujo cultivo se justificava antes de mais nada em função da fibra, agora interessa grandemente em função do caroço. A estação do Seridó, governamental, não é suficiente para satisfazer as solicitações dos agricultores.

No estado do Rio Grande do Norte há uma lei que dispõe sobre a distribuição do cultivo das variedades de algodão segundo as regiões mais adequadas para cada uma delas. Assim é que na *Zona da Mata* só é permitido o plantio do algodão *herbáceo*, enquanto as variedades perenes só podem ser cultivadas no *Agreste* e *Sertão*. Haveria necessidade, entretanto, de uma distribuição mais adequada das próprias áreas de cultivo de algodão perene. O *mocó*, por exemplo, deveria, circunscrito ao Seridó, ser melhor protegido. Na várzea do Açú, segundo aconselha a experiência, o *verdão* é a variedade mais adequada. Seu plantio deve ser estimulado, impedindo-se mesmo o cultivo de outras variedades. É evidente que o problema da seleção de sementes é fundamental, dada que a ausência de boa seleção contribui para a degenerescência do algodão e facilita os cruzamentos já, citados, não convenientes porque espontâneos e não fruto de rigoroso processo de experimentação. Nas condições atuais, a impressão que se tem é que a área, da mesma forma que várias outras do Nordeste, famosas pelos tipos de algodão que produzem, com fibras longas, sedosas e resistentes, está se encaminhando para a situação, melancólica, de produtora, antes de mais nada, de caroço de algodão.

CERA DE CARNAÚBA: RIQUEZA DA VÁRZEA DO AÇU

A extração da cera de carnaúba é, sem dúvida, a atividade econômica mais significativa de toda a várzea do Açú. O caráter extrativo decorre do fato da esmagadora maioria dos carnaubais explorados serem nativos. A produção dos carnaubais plantados é relativamente pequena, dada que normalmente corresponde a apenas cerca de 5% do total.

Recobrando aproximadamente 50% da várzea, os carnaubais da área em estudo são os mais densos do Rio Grande do Norte.

O *corte das folhas* se inicia em meados de setembro, podendo chegar até fevereiro. De qualquer forma, verifica-se no período de estiagem, quando a cera que, obstruindo os estomas, e garantindo menos transpiração para a planta, é mais abundante³. O período do corte nos carnaubais é, também, grosso modo, o de mais intensa atividade nas salinas ao norte de Pendência. Daí decorre que boa parte dos trabalhadores não tem possibilidades de harmonizar as duas atividades em seu calendário. Entretanto, e conforme já foi vista, a maior parte do corte já está adiantada em dezembro, permitindo que uma parcela dos trabalhadores possa dirigir-se para as salinas.

Para o corte geralmente o proprietário contrata trabalhadores de fora, dado que a mão-de-obra de que normalmente dispõe não é suficiente. O recrutamento se faz na própria área rural,

³ – Sobre a natureza da carnaúba, especialmente botânica, assim como as condições de clima e solos em que se propaga, aconselha-se a leitura da obra já citada, de autoria de Rachel Caldas Lins e Gilberto Osorio de Andrade.

entre os *moradores*, aproveitando as disponibilidades de mão-de-obra decorrentes do encerramento da maior parte das atividades agrícolas.

No passado o corte das folhas de carnaúba, da mesma forma como sucedia com a debulha do milho e do feijão, justificava *mutirões* (*caladas*, segundo o linguajar regional), ocasiões em que o anfitrião fornecia as refeições, melhoradas com a matança de *miunça* (gado de pequeno porte) e galinhas, regadas com bebidas que os participantes traziam e geralmente terminando em grande festança.

O trabalho de cortar as folhas é feito com o auxílio de uma longa vara, podendo atingir até 15 m, provida de um *quicé* na ponta, instrumento de forma semelhante a uma pequena foice em crescente. Para essa atividade requer-se o trabalho dos *cortadores*, *vareiros* ou *alvareiros*, gente que na execução de sua tarefa, bastante perigosa, aplica uma alta soma de experiência. Os *cortadores* recebem pagas que tem oscilado entre Cr\$ 100,00 e Cr\$ 150,00 diários. Nos anos de *inverno* bom exigem diárias mais elevadas, dado que os resultados que obtiveram na lavoura os tornam menos dependentes dos proprietários dos carnaubais para viver. Nessas condições, a mais restrita oferta de mão-de-obra obriga a elevação das diárias. Nos anos de maus *invernos*, especialmente nos de secas, os *cortadores* ficam totalmente na dependência dos donos de carnaubais, já que, nessas ocasiões, a oferta de mão-de-obra torna-se muito grande. Essa situação, de forma mais ou menos atenuada, atinge normalmente os demais trabalhadores interessados nos carnaubais.

No corte, verifica-se a preocupação no sentido de deixar alguns *ôlhos* (folhas ainda não abertas), assim como as folhas que, por já serem muito velhas, não mais fornecem cera em quantidade satisfatória.

As folhas ou palhas cortadas são reunidas, amarradas e, utilizando-se jumentos, carroças ou caminhões, transportadas para *estaleiro* pelos *ajuntadores*, vários, compreendendo muitos homens e crianças, para cada *cortador*. O *estaleiro* é um amplo terreiro onde a palha é posta a secar.

O processo de secagem não é satisfatório. As folhas são expostas ao sol por alguns dias, de acordo com o tempo. Única precaução é a de limpar o terreiro. Submetidas ao sol e ao vento, elas perdem uma parte de sua cera, ao mesmo tempo que recebem impurezas de toda natureza. Estas, mais tarde, contribuirão para prejudicar a qualidade do produto obtido.

Quando secas, as folhas são recolhidas pelos *trouxeiros* que, a braço, as transportam do estaleiro para a usina. Esta, apesar de seu nome, nada mais é que um modesto barracão de madeira onde se encontra uma pequena máquina que permite efetuar a batadura da palha. Um *trouxeiro* recebe a remuneração de Cr\$ 2,00 por milheiro de folhas removidas.

No passado, a operação da *batadura da palha* efetuava-se com técnicas mais rudimentares. Em certos casos, depois de lascadas, as folhas eram submetidas a macetadas, sobre um pano estendido no chão. Em outros, utilizava-se a *trincha*, um aparelho rústico, formado por um cavalete em cujas extremidades estão fixos dois instrumentos metálicos em forma de pequenas liras alongadas, com cerca de um palmo de altura, cujas cordas fossem substituídas por lâminas e o tirante superior suprimido. Nos dois casos a palha que restava era aproveitada como material

de cobertura para as casas. Essa vantagem, entretanto, não cobria as desvantagens decorrentes da pequena rentabilidade.

As máquinas utilizadas atualmente são movidas por motores Diesel de 5 a 12 HP. Assemelham-se aquelas de despolpar agave. Possuem um tambor com lâminas, martelos e ventoinhas, em torno do qual dispõem-se uma peneira metálica e um tubo.



Foto 18: Os carnaubais nativos que, à guisa de verdadeiras florestas, recobrem uma parte considerável das águas de várzea, ao longo dos cursos d'água ou em torno das lagoas, constituem a principal riqueza econômica da região. Sua presença é um dos mais significativos elementos para distinguir as grandes das pequenas propriedades. E muitos casos, como é possível observar na fotografia, o solo dos carnaubais é aproveitado com culturas, a exemplo do milho. Essas mesmas áreas podem ser utilizadas para o gado de grande porte com o fito de aproveitadas as “palhadas”. No conjunto, trata-se de um tipo de área de utilização das mais intensivas, contrastando com aquelas dos tabuleiros. Foto do autor.

O funcionamento da máquina é tarefa do *maquinista*, trabalhador que pelos conhecimentos que deve possuir sobre o motor, relativamente bem remunerado: Cr\$ 4,00 por milheiro de folha. As folhas que foram transportadas pelos *trouxeiros* são apanhadas pelo *banqueiro*, remunerado a razão de Cr\$ 2,00 por milheiro, que as coloca sobre um banco para que sejam postas na máquina. O *cevador*, que recebe Cr\$ 3,00 por milheiro, toma do banco três folhas de cada vez e as enfia na máquina. As lâminas as cortam e os martelos batem-nas, de modo que a cera se desprenda. A ventoinha faz com que o pó de cera passe pela peneira e se encaminhe, por intermédio do tubo, para um saco que se encontra em sua extremidade. A corrente de ar provocada pela ventoinha força o saco a estar em condições de receber o pó. Os pedaços de folhas que sobram são expelidos por uma calha inferior. Esse bagaço é transportado de volta para o *estaleiro* ou, então, diretamente para os campos de cultura, já que constitui excelente cobertura para o solo, fornecendo-lhe matéria orgânica, umidade e protegendo-o da erosão. O *bagaceiro* é quem remove o bagaço para o estaleiro, para isso recebendo a quantia de Cr\$ 2,00 por milheiro de folhas batidas.

O tratamento das folhas por meios mecânicos constitui, sem dúvida, um aprimoramento apreciável quando comparado com os sistemas anteriores, principalmente porque permite aproveitamento de maior quantidade de cera, desde que diminui a “quebra”. Todavia, ainda deixa a desejar, isso porque as folhas secas perdem cera no transporte do *estaleiro* para a usina, num e noutro local recebendo impurezas. Depois de ensacado, o pó de cera deve ser preparado para mercado, sofrendo um processo de cozinhamento. Nesse processo trabalham empregados

de três categorias: o *mestre* ou *feitor de cera*, o *auxiliar do mestre* e o *preNSEIRO*. Enquanto o mestre recebe entre Cr\$ 120,00 e Cr\$ 150,00 diários, os demais percebem de Cr\$ 80,00 a Cr\$ 100,00.

No seu preparo, o pó é posto a ferver em água em uma caldeira sobre fogo direto. A cera fundida flutua e então é passada em cuias para a *bicuda*, uma vasilha com fundo em ponta. Desta passa para uma segunda e por fim, tendo sido coada, para as formas onde esfria e se solidifica. Quebrada, é em seguida acondicionada em sacos. O material que permanece no fundo da caldeira sofre um processo de prensagem formando o *cavaco* que volta a caldeira para ser depurado. O material residual que ainda fica no fundo, a *borra*, sofre um processo de decantação e fervura, de novo voltando a caldeira e fornecendo ainda mais cera, embora de qualidade inferior.

Da forma descrita acima se obtêm dois tipos de cera: a *cera branca* ou de *olho*, com o aproveitamento das folhas mais novas, de melhor preço; a *cera de palha* ou *arenosa*, das folhas mais velhas.

A *cera de olho* recebe Cr\$ 3.500,00 por arroba, enquanto a *cera de palha* chega somente a Cr\$ 2.500,00. Naturalmente a proporção dos dois tipos é muito variável de uma para outra propriedade, ou de um ano para outro. Todavia, estar-se-á próximo da realidade considerando que a *cera de olho* em média participa com 20% da produção.

Para se ter uma noção da *rentabilidade* das atividades ligadas extração da cera, pode-se tomar como base um carnaubal que, segundo o modo de ver dos habitantes da região, é considerado grande, em torno de 200 hectares. Sua produção será de aproximadamente 800 arrobas de *cera de palha* e 200 de *cera de olho*. No caso do proprietário possuir máquina, as despesas de um carnaubal desse tipo sobem a Cr\$ 400.000,00 aproximadamente. Caso contrário o aluguel da máquina implicará na despesa adicional de Cr\$ 52.000,00 por milhão de folhas beneficiadas. Considerando o primeiro caso, a receita por safra será de Cr\$ 2.700.000,00, respectivamente Cr\$ 2.000.000,00 para a *cera de palha* e Cr\$ 700.000,00 para a de *olho*. A renda líquida, conseqüentemente, será de Cr\$ 3.300.000,00, conforme pode ser verificado pelo pequeno balancete abaixo.

Receita	
800 arrobas de cera de palha	Cr\$ 2.000.000,00
200 arrobas de cera de Olho	Cr\$ 700.000,00
TOTAL	Cr\$ 2.700.000,00
Despesas	Cr\$ 400.000,00
Renda Líquida	Cr\$ 2.300.000,00

Isso significa que, em média, e naturalmente levando em consideração a relatividade de cálculos como o apresentado, o carnaubal rende Cr\$ 11.500,00 por hectare, ou Cr\$ 27.830,00 por alqueire paulista. Boa parte dos resultados obtidos nos carnaubais devem ser considerados como consequência dos baixos pagamentos recebidos pelos que são empregados. Um aumento relativamente sensível dos salários pagos aos diferentes tipos de empregados, mantendo-se estáveis os preços da cera, traria sensíveis diferenças na rentabilidade, a não ser que a melhoria

das condições técnicas de beneficiamento pudesse, aumentando a renda e a qualidade do produto, equilibrá-las

Todos os informes acima devem ser tomados apenas como referência, dada a grande fragmentação das terras. Por outro lado, uma numerosa série de situações diferentes da descrita pode influir na modificação dos resultados financeiros. A presença ou não de máquina, é um dos fatores. Só os grandes proprietários as possuem: dado que seu preço orça por Cr\$ 250.000,00. A maioria aluga os serviços de máquinas volantes, frequentemente conduzidas em caminhões e de propriedade de cearenses que nas épocas de safra deslocam-se para a região. Em outros casos, a produção é beneficiada em máquinas localizadas nos pequenos núcleos rurais, verificando-se, em consequência, uma relação de dependência para com o proprietário da máquina, geralmente intermediário no circuito comercial. É uma situação que faz lembrar a relação de dependência do agricultor para com o proprietário da máquina de beneficiar algodão, café, arroz ou outro produto que necessite antes ser preparado para depois ser colocado no mercado. Por outro lado, na várzea do Açú é muito comum a prática do *arrendamento* do carnaubal, geralmente em função de uma estimativa aproximada do número de palmeiras. É evidente que nesse caso a renda do arrendatário é mais baixa, o que não impede que seja satisfatória, especialmente quando comparada com as possibilidades que as atividades comuns da região fornecem a maioria dos seus habitantes. Acresce, ainda, que em certos casos o trabalho dos que beneficiam a *palha* é feito por empreitada, especialmente quando, como foi visto, o proprietário ou arrendatário aluga ao mesmo tempo a máquina e os serviços de uma equipe que geralmente as acompanha. Modificam-se assim as despesas.

A comercialização do produto da região geralmente se faz com a praça de Açú, onde existem quatro firmas compradoras mais importantes, além de várias menores. Em certos casos as firmas arrendam carnaubais ou, então, financiam arrendatários, de modo a garantir pelo menos estabilidade parcial no fornecimento da cera. As despesas de transporte, desde a máquina até o armazém da firma, ficam por conta do comprador, quer possua caminhão, quer pague frete para isso.

Em Açú a cera é recozinhada, sem água. Depois de seca é quebrada e classificada e, em seguida, acondicionada em sacas de 90 Kg. Vendida para firmas de Fortaleza ou de Natal, vê-se exportada para os mercados norte-americanos, europeus e japoneses.

OS TABULEIROS E A CRIAÇÃO DE GADO

A criação de gado, tendo sido a principal atividade ligada ao início do povoamento da região, atualmente está intimamente associada com as áreas de tabuleiros.

O sistema de criação dominante é *extensivo*, com um caráter de *livre pastoreio*. Conforme já foi lembrado, nos tabuleiros as propriedades não são cercadas. Só quando há necessidade de proteger lavouras, geralmente de algodão, e normalmente limitadas aos tabuleiros sedimentares, ou então manter porções de pastos, utilizam-se as cercas. A posse dos animais, portanto, é indicada por *marcas* feitas a *ferro* nos de grande porte, ou com *talhos* na orelha dos de pequeno porte. A *ferra do gado* se faz por ocasião da *vaquejada*, oportunidade em que se efetua, também, a castração. Na prática o tabuleiro é de utilização comum, o gado pastando livremente no *aberto*.

Não se verifica nenhuma separação entre os animais. Bois e garrotes, bezerros e vacas com cria, touros e vitelas, pastam juntos e lado a lado com a *miunça*, cabritos e carneiros. Os porcos ficam confinados na várzea, em chiqueiros próximos às casas de moradia. Trata-se, portanto, de uma criação em que a *promiscuidade* é um dos elementos identificadores de seu caráter primitivo. A única exceção de certo significado é a das vacas com bezerros, apartadas em currais juntos as casas, na várzea, com o objetivo de aproveitar o leite para o consumo.

A alimentação do gado fica limitada às possibilidades das caatingas do tabuleiro. No *inverno* todo o gado aí permanece, alimentando-se do que pode encontrar. No período de estiagem as soluções são várias. Frequentemente, como foi lembrado, o gado de grande porte vê-se solto na várzea, nas áreas de carnaubais ou nas *palhadas*. Em certos casos, os proprietários fazem *cercados* no tabuleiro, impedindo que o gado aí penetre durante o *inverno*. Dessa forma conseguem manter pastagens mais ricas, aproveitadas por ocasião da estiagem. Nos dois casos a alimentação poderá ser completada com o fornecimento de forragens. Estas tornam-se imprescindíveis nos períodos de seca. Nessas ocasiões reúne-se o gado no curral, sendo-lhe fornecidas forragens de toda natureza: *rama de folha*, *de feijão*, *palha de milho*, *sodoro* (xique-xique) depois de queimado, *cerne de macambira* (rico em água) ou *macambira desfolhada*, os espinhos das hordas sendo tirados a facão; *mandacaru*, regionalmente denominado *cardeiro de gomo largo*; *facheiro*, denominado regionalmente *mandacaru*, dado ao gado sem nenhum preparo, os próprios animais livrando-o dos espinhos; *ramagens de joazeiro*, *catanduba* e *canafístula*, esta última obtida semente na várzea. Deve-se acrescentar o fornecimento de *pasta* (torta de algodão) e, em certos casos, o de *capim elefante*, às vezes plantado em vazantes de lagoas ou de agudes. Percebe-se que a maior soma de forragens se obtém no próprio tabuleiro, enquanto que outras são fornecidas pela atividade agrícola nas várzeas. Em certos casos, a exemplo da lagoa Ponta Grande, o gado permanece no tabuleiro, sendo a forragem, constituída principalmente de *sorgo*, secundariamente de *rama de feijão* e *palha de arroz*, levada da várzea. O xique-xique queimado é sempre utilizado, dada a frequência com que se o pode encontrar nos tabuleiros, especialmente cristalinos.

Dadas as condições de alimentação, as densidades são muito baixas. Caso como o encontrado em uma propriedade da lagoa do Piató onde, durante o *inverno*, o tabuleiro chega a suportar seis cabeças por hectare, é verdadeiramente excepcional. Em consequência, a rentabilidade por área utilizada é irrisória. Tal fato vê-se acentuado pelo lento crescimento dos animais, já que há necessidade de oito anos para que um touro fique completamente desenvolvido.



Foto19: Um aspecto da superfície cristalina que se dispõe na parte sul da área estudada. Com altitudes em torno de 80 m, eleva-se gradualmente para o sul, chegando a atingir 100 m, antes de dar lugar a uma área mais acidentada com presença de “inselbergs”, sentinelas do bordo setentrional da Borborema. Com solos pedregosos, raramente revestidos por um manto vegetal pobre, em que as cactáceas são bastante frequentes, é uma área onde a atividade econômica predominante vê-se representada por uma criação de gado extensiva de baixa rentabilidade. Foto do autor.

Contrariamente ao que se verifica em outras partes do Nordeste, na área em estudo raramente se encontram plantações de *palma forrageira*, indiscutivelmente uma solução bastante satisfatória para zonas secas. Segundo os informantes, a palma forrageira não vingou bem na região. Pelo que foi possível observar, talvez não tenha havido insistência satisfatória no plantio dessa cactácea.

Um aspecto positivo dos rebanhos da região é o caráter sadio dos animais, dada, praticamente, a ausência de doenças. Constitui exceção a *sarna*, cuja incidência, de resto, fica limitada, ao *inverno*.

A mão-de-obra utilizada pela criação não é numerosa, o que constitui um dos traços indicadores de seu caráter extensivo. Normalmente pessoas podem tratar de 200 cabeças ou mesmo mais. É só nas ocasiões de seca que a solicitação de mão-de-obra se torna maior, dado o aumento de trabalho decorrente da necessidade de fornecer rações ao gado.

As condições de trabalho dos empregados são muito variáveis. Na lagoa Ponta Grande um vaqueiro recebe mensalmente Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 2.200,00, além de uma área para cultivar, inclusive com vazante, não superior a 2 hectares. O fazendeiro fornece-lhe gibão e aviamentos. O vaqueiro possui um auxiliar de sua escolha, embora parcialmente remunerado pelo fazendeiro. Segundo foi possível perceber, o tradicional *vaqueiro* é figura que está desaparecendo da região, substituído que está sendo por uma variada gama de empregados que trabalham em condições até mais diversas. Tal fato constitui, segundo parece, apenas um aspecto de uma transformação interessando o conjunto das formas de utilização do solo. Antes de mais nada, a fragmentação das propriedades e conseqüente diminuição do número de cabeças por rebanho. Atualmente são poucas as propriedades que dispõem de grandes rebanhos. No mais das vezes o modesto número de cabeças pode ser tratado pelos próprios familiares do proprietário. Por outro lado, o progressivo desenvolvimento das atividades agrícolas significou, em muitos casos, uma decadência das de criação. Por isso mesmo, o empregado frequentemente exerce atividades ligadas também à *agricultura*, sua condição de morador, as vezes de parceiro, contribuindo para tornar mais complexa sua definição. A instituição da *quarta*, ou seja, o vaqueiro ter direito a um em cada quatro bezerros criados na propriedade, parece não mais existir, embora um ou outro informante tenha se referido a ela.

O gado criado na região é o *pé duro*, base dos primeiros rebanhos que aí penetraram, estando agora cruzado, em graus variáveis, com o *guzerá*, o *gyr* e o *indubrasil*.

A carne é o principal produto que justifica atividades comerciais ligadas a criação. Um touro em média fornece de 12 a 15 arrobas, pesado vivo. Seu valor é calculado, o peso sendo estimado a olho, na base de Cr\$ 1.300,00 por arroba. Segundo exemplos conhecidos, nas principais cidades onde há criação, anualmente verifica-se o nascimento de um total de bezerros equivalente a aproximadamente 1/5 do gado adulto existente.

O gado é vendido em pé, nas próprias fazendas, a marchantes. Estes conduzem os rebanhos para os núcleos regionais, a exemplo de Ipanguacu e Pendência. A carne obtida vê-se transformada em *xarque* e dirigida para os mercados do litoral, especialmente para a cidade de Macau. Alguns proprietários de beira-rio ou que disponham de terras junto a lagoas ou agudes, podendo plantar um pouco de forragem, adquirem engorda e revenda. algumas cabeças para engorda e revenda.

Não se verifica nenhuma atividade comercial ligada ao leite. Em média, as vacas em lactação fornecem em torno de três litros diários. A ordenha é efetuada uma só vez por dia, pela manhã, para satisfazer o consumo. O restante é deixado para o bezerro. São poucos aqueles que preparam queijo, de leite de vaca ou de cabra, distribuído nos mercados regionais.

A *miúncia* alimenta uma atividade comercial de importância relativamente grande, ligada às *peles e couros*. Os principais mercados encontram-se no sul do Brasil e nos Estados Unidos, estes praticamente determinando os padrões do couro a exportar.

O principal comprador de peles e couros encontra-se em Açu. O couro normalmente é adquirido seco, tendo em vista que, desse modo, revela seus defeitos. O couro de bode (cabra) é pago a razão de Cr\$ 190,00 a Cr\$ 200,00 o Kg, quando não salgado; quando salgado consegue Cr\$ 160,00. O de carneiro, geralmente vendido seco, fica em Cr\$ 220,00.

O volume de couros e peles comercializados em Açu gira em torno de 30.000 unidades anuais, o valor da exportação aproximando-se de Cr\$ 5.000.000,00.

Embora os couros dos bovinos criados na região sejam de qualidade satisfatória, dada a praticamente inexistência de berne, atualmente sua comercialização está limitada, não se verificando exportação. Tal se deve à sua valorização decorrente do processo de secagem que se utiliza na região. O couro é colocado no solo e, em consequência do calor que daí se desprende vê-se *sapocado*. Isso faz com que quebre no curtume. O mesmo processo, utilizado para os couros da *miunça* não acarreta prejuízos de monta.

VIDA DE RELAÇÕES

A vida de relações, especialmente a econômica, verifica-se dentro de um sistema de unidades organizadas hierarquicamente.

As *relações locais*, de âmbito bastante restrito, são mantidas dentro de grupos de vizinhança, ou de comunidades, cuja definição geneticamente relaciona-se com a criação de grupos de parentesco. Conforme já foi visto, não é raro que a cada comunidade corresponda a presença de um povoado-rua. Nestes as atividades comerciais são normalmente modestas, geralmente decorrentes da presença de algumas *bodegas* que satisfazem necessidades muito limitadas. Nesses casos as relações de natureza social e espiritual parecem ter uma importância maior que aquelas de natureza econômica.



Foto 20: Obtida de um ponto do tabuleiro na margem direita do rio Açu, a fotografia mostra em primeiro plano uma das paisagens vegetais mais comuns. No segundo plano a faixa branca das vazantes do Açu, depois da qual dispõe-se a linha verde dos carnaubais e, apenas perceptível, a cidade de Açu. Esta, tendo como assoalho o arenito Açu, portanto normalmente protegida das cheias que às vezes assumem caráter catastrófico, é a verdadeira “capital” da área que foi objeto de estudo, especialmente em virtude de sua posição. Foto do autor.

Seguem-se, com importância maior, núcleos com funções semi-urbanas, de raio de ação mais amplo, a exemplo de *Ipanguaçu*, *Carnaubais* e outros. Neles sobressai a função comercial, dado o maior número de *bodegas* e vendas, a presença de cafés e, principalmente, de compradores de produtos da zona rural, especialmente cera de carnaúba e algodão. No conjunto são centros de convergência da produção dos arredores, especialmente porque sedes de atividades de beneficiamento. É nesses núcleos que, de um modo geral, a produção agrícola regional penetra no circuito comercial. Administrativamente são sedes distritais e até mesmo municipais.

A *cidade de Açú* encontra-se no topo da estrutura da vida de relações interessando a região. Trata-se do principal aglomerado de toda a área estudada, praticamente sendo sua *capital*.

A importância da cidade de Açú transparece dos fatos relacionados abaixo:

1. Localizada no coração da “*percée*”, usufrui das vantagens oferecidas pela mais importante área agrícola de todo o território que está sendo considerado. É na “*percée*” que se encontra a maior extensão de várzea, o maior número de lagoas e os mais densos carnaubais.

2. Para a cidade de Açú converge a maior parte da produção de cera, algodão, couros e peles, cereais. Aí se encontram, conforme já foi dito, as firmas compradoras dos referidos produtos. A não ser o algodão, para o qual Açú é apenas um centro receptor e redistribuidor, os demais produtos, quando não o são na própria área rural, sofrem beneficiamento na cidade.

3. Pela sua posição geográfica, e decorrente condição de centro comercial e de beneficiamento, Açú é o nóculo por intermédio do qual a região relaciona-se com o exterior. Entre essas relações sobressaem as que se verificam com a cidade de Mossoró, em escala hierarquicamente superior dentro da rede urbana do Rio Grande do Norte.

4. A circulação, no passado como na atualidade, favoreceu a posição de Açú. No passado a cidade foi favorecida pela sua posição de intermediária entre o sertão e o litoral e exterior. O *porto das Oficinas*, localizado à jusante, e destruído por uma das enchentes do rio, foi um dos mais importantes do Rio Grande do Norte em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX. A partir desse porto, por intermédio de carros de boi, mercadorias de toda natureza eram distribuídas para o sertão. A própria cidade de Açú, nos meses de *inverno* recebia canoas que al chegavam vindas de Macau, com mercadorias e passageiros. Nela verificava-se, então, a mudança de meio de transporte. Atualmente, embora a navegação no rio não tenha mais importância, dado que as estradas permitiram a utilização do caminhão, Açú continua com as mesmas funções pois que todas as estradas interessando à região se entroncam nessa cidade. Tal fato é decorrência, antes de mais nada, da presença da ponte que, em Açú, permite ultrapassar o leito do rio. Sendo a única ponte em toda a área, por ela passa não só toda a circulação interessando as relações entre as partes orientais e ocidentais do Rio Grande do Norte mas, também, aquela interessando as diferentes porções da própria região. Não seria exagerado considerar Açú uma cidade-ponte.

5. Expressão do papel da cidade na região é a sua feira, normalmente atraindo interessados desde o norte (Entroncamento) até o sul da área considerada. O papel da feira é completado

pela função de centro em que a população regional se abastece em produtos industriais não encontrados nos demais núcleos.

6. Finalmente, é na cidade de Açú que se encontra o principal centro administrativo, educacional e hospitalar de toda a região

OBSERVACOES FINAIS

UMA POPULAÇÃO DE BAIXO NÍVEL DE VIDA

Da organização econômica da região decorre uma estrutura social relativamente complexa, bastante difícil de caracterizar. Alguns de seus aspectos, entretanto, parecem sobressair. No topo da pirâmide social encontram-se poucas famílias cuja posição decorre da posse de grandes propriedades organizadas comercialmente em função de atividades altamente rendáveis. Seu número vê-se reduzido, dentro da região, pelo absenteísmo, visto que uma parte reside na capital do Estado ou em outras cidades. As principais fontes de riqueza, especialmente ligadas ao aproveitamento dos carnaubais, concentram-se nas mãos dessas famílias. Dado o absenteísmo, que caracteriza uma sua parte, uma proporção certamente não descurável dessas riquezas evade-se da região, não contribuindo para beneficiá-la.

Na base da pirâmide encontra-se a grande maioria da população regional, compreendendo uma considerável parte dos proprietários (minifúndios anti-econômicos) e, principalmente, a grande massa dos *moradores*, frequentemente parceiros, e assalariados.

Em posição intermediária encontram-se principalmente os arrendatários (carnaubais), os proprietários de caminhões, marchantes e uma parcela dos proprietários de terras.

As famílias da camada superior caracterizam-se por padrões tão afastados daqueles da camada intermediária que, em perspectiva, esta praticamente confunde-se com a terceira camada.

A dificuldade que muitas vezes existe no distinguir as duas últimas camadas está, principalmente, no fato de que a propriedade de terras não é, necessariamente, fator de diferenciação. Proprietários podem ser encontrados, conforme foi dito, contribuindo para formar a terceira camada.

A ausência de clivagem social mais nítida pode ser percebida até mesmo em propriedades com carnaubais. Os proprietários, em sua maioria, trajam-se de forma semelhante aos assalariados, tratando-os de igual para igual e, embora habitando casas relativamente melhores, mantem hábitos de higiene e níveis de educação que não se diferenciam, substancialmente, dos de seus empregados. Maior diferenciação, segundo parece, existe no relativo a alimentação.

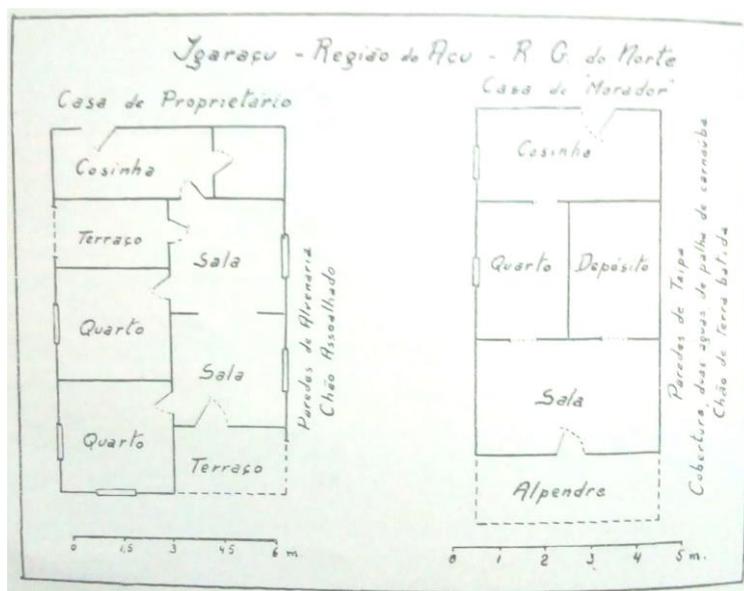
No conjunto, a impressão que se tem na área em estudo, é a da presença de uma massa demográfica pobre, em muitos casos beirando a miserabilidade, verdadeiro especialmente para assalariados e parceiros. De outro lado, em nível intermediário, uma parcela que dispendo de fontes de riqueza, não as desfruta em benefício de um padrão de vida satisfatório. Índices das condições regionais são um *sub-emprego* difuso nas áreas rurais, oscilando de acordo com os bons ou maus *invernos*, e uma *emigração*, irregular, mas continua.



Foto 21: A circulação, em toda a área da várzea do Açu, é ainda insatisfatória. Ela reflete, em muitos casos, uma estrutura econômica pouco desenvolvida, assentando-se, muitas vezes, em sistemas de subsistência. Embora existam estradas de rodagem relativamente boas, especialmente cruzando o Apodi ou a superfície do tabuleiro cristalino, e embora os caminhões constituam instrumentos de transportes bastante comuns, o mais frequente é representado pelos caminhos de trânsito difícil, especialmente na várzea, e por meios rudimentares de transporte, a exemplo do jegue. Extensas áreas, por exemplo a que se situa entre Carnaubais e Pendência, são de difícil acesso. Foto do autor.



Foto 22: A habitação é um dos poucos meios através dos quais é possível fazer uma distinção entre o padrão de vida dos proprietários possuidores de carnaubais e os “moradores” ou pequenos proprietários. De qualquer forma, entretanto, na maioria dos casos, elas refletem as condições insatisfatórias de vida em que se encontra uma considerável parte da população da várzea do Açu. Os dois exemplos retratados acima são condições mais comuns. Foto do autor.



ALGUMAS SUGESTÕES

As causas das condições em que vive a maior parte da população da região são complexas. Seu levantamento implicaria em um estudo sistemático e em profundidade, o que, como seria de esperar, não foi possível dentro das condições em que trabalhou a equipe. Em todo caso, e à guisa apenas de indicação, possível de verificação mais cuidadosa, é possível perceber, no decorrer das considerações que foram feitas, alguns dos fatores responsáveis.

Em primeiro lugar, não necessariamente mais importantes, merecem referência as causas ligadas a *razões climáticas*, implicando em *problemas de economia da água*.

Em segundo lugar, em grande parte decorrente do fato anterior, a *exiguidade de terras agricultáveis*, dado que praticamente se reduzem à várzea, o que talvez signifique uma extensão de apenas 150 km². Um estudo das densidades de população, tomando por base essas terras, certamente traria resultados bastante significativos.

A *desigual distribuição das terras de várzea*, inclusive com carnaubais, constitui outra causa, aliada ao peso morto, ou quase, representado pelas áreas de tabuleiros.

Um papel importante, segundo parece, deve ser atribuído às bases *técnicas insatisfatórias*, assim como aos insatisfatórios *sistemas de utilização do solo*, decorrentes, ao mesmo tempo, de formas originais de adequação ao meio, e da permanência dessas formas em virtude do aumento da população e fragmentação das propriedades.

Em quinto lugar, e relacionadas com as demais, especialmente à segunda e à quarta, estão as causas ligadas a um *sub-emprego* difuso que caracteriza o proletariado rural sem terras.

Finalmente, as causas ligadas as relações de trabalho, ainda estreitamente relacionadas com padrões tradicionais em que vinga o consuetudinário.

Tendo em vista as causas apontadas acima, torna-se possível sugerir algumas soluções.

Em áreas como a do Açú, uma das mais importantes providências é a da *racionalização da economia d'água*. Antes de mais nada, generalizando a iniciativa do “Plano de Valorização do Açú e Apodi”, com a perfuração de cacimbões, instalação de moto-bombas e criação de redes de irrigação. Incentivar a substituição das cruzetas, que possibilitam o aproveitamento do lençol freático, numerosas especialmente entre Açú e Pendência, por moinhos de vento maiores, aumentando as possibilidades de irrigação com despesas relativamente rápidas.

Da maior importância será a criação, dentro do possível, de limitações igualmente distribuídas, no aproveitamento do lençol freático. O objetivo seria impedir, dado que de nada valeria atenuar, o processo de salga das águas do lençol, que evolui de norte para o sul. Tal providência completaria a de maior alcance, representada pela criação, na bacia do alto Piranhas, de um sistema de açudagem, já em andamento, no sentido de atenuar os efeitos das estiagens. É evidente que providências implicando em limitações só podem ser compreendidas em função da organização da economia d'água dentro de disposições legais especiais. O paradoxo está em que, em uma área do tipo da região do Açú, onde todos os processos de organização do espaço econômico enfrentam o problema da água, não parece existir, bem definida, uma mentalidade coletiva frente aos referidos problemas. Talvez porque inicialmente, várzeas e vazantes fossem suficientes para satisfazer as necessidades de toda a população.

A ocorrência, no baixo vale, de camadas sedimentares e, a conformação da bacia, abrem possibilidades relacionadas com o aproveitamento de águas profundas por meio de poços tubulares. Dessa forma ampliar-se-iam bastante as possibilidades das atividades agrícolas e pastoris.

A satisfação, pelo menos parcial, das necessidades domésticas em água, poderia se fazer com o aperfeiçoamento das calhas coletoras de águas pluviais e, até mesmo, com a adaptação das casas a sistemas de coleta das águas pluviais.

Naturalmente a organização da economia d'água inicialmente deveria beneficiar as áreas já, pertencentes ao espaço utilizado pelas atividades agrícolas. Entretanto, seria da maior importância todo e qualquer trabalho visando a *ampliação das áreas agricultáveis*. Tal ampliação implica principalmente no aproveitamento das zonas de tabuleiros, dado que nas de várzea o problema é basicamente de *reorganização do espaço*. A melhor utilização dos tabuleiros deve ser feita, pelo menos em uma primeira fase, tendo em vista as possibilidades de complementação do tabuleiro com a várzea. Permanecendo o tabuleiro como área basicamente de criação, esta pode ser melhorada com o cultivo da palmatória, segundo parece, não tentado de forma satisfatória. O gado poderia ser semi-estabulado, ao mesmo tempo que, na própria várzea, poder-se-ia cultivar forragens. Dessa forma tornar-se-ia mais simples a associação da criação com a lavoura, com benefícios óbvios. O próprio tabuleiro pode ser palco de atividades agrícolas mais importantes, sem se falar na ampliação das áreas de algodão.

Está implícita, nas iniciativas lembradas, a *melhoria dos padrões técnicos* das atividades. Esta deve atender a realidade da estrutura existentes (regime fundiário, tipos de plantas cultivadas, disponibilidades em mão-de-obra, etc.), só modificável a longo prazo, e apenas parcialmente. Soluções do tipo da introdução de maquinários em geral, a começar por tratores, sempre caros e envolvendo problemas de adequação a quadros não preparados para eles, não parecem satisfazer. Outras providências, a exemplo da seleção das variedades de algodão, racionalização do beneficiamento da cera de carnaúba, com menor perda do produto, a melhoria

das condições de aproveitamento do couro do gado bovino, tem repercussões mais significativas e não são difíceis de aplicar.

Dado que os carnaubais constituem um dos mais significativos elementos de diferenciação social dos habitantes da região, mas considerando que é neles que se assenta a maior parte da riqueza regional, o incentivo ao plantio da carnaúba seria de desejar. Financiamento a longo prazo, orientação técnica, garantia de preços, são medidas que deveriam favorecer a difusão da carnaúba plantada, principalmente considerando que a cera poderia tornar-se um produto bem mais importante do que é atualmente, na balança comercial brasileira.

A introdução de *formas de cooperativismo*, especialmente para atingir os pequenos proprietários, poderia contribuir para atenuar, senão resolvê-los, muitos dos problemas enfrentados pela maioria da população. Cooperativas que trabalhem no setor da seleção e distribuição de sementes, na orientação técnica, inclusive na organização da distribuição da água, principalmente que intervenham nos setores de preços e mercados, não devem ser demasiadamente difíceis de introduzir. Pontos de partida poderiam ser aqueles núcleos ou comunidades onde mais fortes são os laços de parentesco entre as diferentes unidades familiares.

O difuso sub-emprego, merece uma atenção especial. Em primeiro lugar porque, como é natural, atinge particularmente os não proprietários, e uma grande parte das soluções acima sugeridas atinge especialmente os que dispõem de terras. Em segundo lugar porque, segundo parece, a população cresce rapidamente, e o extraordinário número de crianças com que se depara em todas as partes da região o comprova; daí a situação ter um caráter de permanência que a emigração, irregular, não resolve. Uma solução, pelo menos um paliativo, seria provocar, direta ou indiretamente, a criação de novos quadros de emprego, inclusive com uma elementar industrialização baseada nas atividades agrárias. Os moinhos de vento, por exemplo, poderiam alimentar uma agro-indústria regional, ao mesmo tempo que o modesto artesanato atualmente existente poderia ser valorizado com o melhor aproveitamento da carnaúba e dos couros e peles, os produtos regionais podendo ser beneficiados nos aglomerados existentes.

Uma solução que depende de providências interessando todo o país, adequadas, entretanto, às condições regionais, é tentar estabelecer *legislação trabalhista aplicável às áreas rurais*.

No conjunto, trata-se de soluções que, em sua maior parte, estão na dependência de uma presença direta ou indireta do Estado, já que, atualmente, não se pode mais pensar nelas sem ser em termos de planejamento total, envolvendo recursos financeiros, equipamentos, soma de esforços que só o Estado dispõe, especialmente em casos de áreas sub-desenvolvidas. O Estado deve agir indiretamente na medida em que puder organizar uma rede escolar e um sistema médico hospitalar satisfatórios, ou ainda, na medida em que fornecer energia ou financiar iniciativas. Em muitos casos, entretanto, sua presença deve se fazer sentir mais de perto, especialmente quando as soluções sugeridas não estão dentro das possibilidades do particular. O “Plano de Valorização do Açú e Apodi”, poderia se tornar, auxiliado pelo “Serviço de Extensão Rural”, do Ministério da Agricultura, o núcleo de um verdadeiro trabalho de planejamento da região.